

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ramon Marques Albanaes

Dependência Econômica no Século XXI:
A Situação do Brasil na Emergência da Economia Chinesa

Florianópolis

2023

Ramon Marques Albanaes

Dependência Econômica no Século XXI:

A Situação do Brasil na Emergência da Economia Chinesa

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de Identificação da Obra

Albanaes, Ramon Marques

Dependência Econômica no Século XXI: A Situação do Brasil na Emergência da Economia Chinesa / Ramon Marques Albanaes ; orientador, Marcos Alves Valente, 2023.

88 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Ásia. 3. Brasil. 4. China. 5. Dependência. 6. Economia. I. Valente, Marcos Alves. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Ramon Marques Albanaes

Dependência Econômica no Século XXI:

A Situação do Brasil na Emergência da Economia Chinesa

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Patricia Fonseca Ferreira Arienti, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2023.

RESUMO

O Brasil e a China são dois países que apresentaram um grande protagonismo na economia mundial a partir da década de 1980. Enquanto o primeiro passou por reformas neoliberais fundamentadas no Consenso de Washington, o segundo optou pela manutenção das políticas desenvolvimentistas. Sendo assim, explora-se como se deu a aproximação entre os dois países e o surgimento de uma relação de dependência econômica do Brasil em relação à China. A pesquisa foi realizada por meio de referencial bibliográfico e da análise das informações do comércio bilateral entre os dois países. Observou-se que as diferentes políticas econômicas adotadas a partir da década de 1980 alteraram profundamente as estruturas produtivas dos dois países, onde o Brasil acentua o seu retorno ao papel de economia agroexportadora como observado até a década de 1930, enquanto a China ganha espaço como a nova potência econômica mundial por meio da sua industrialização e de investimentos em inovação. Dessa forma, o Brasil precisa definir a orientação das suas políticas econômicas frente à expansão da influência chinesa no mercado internacional através de iniciativas como a Nova Rota da Seda e o Made in China 2025. O protagonismo do Brasil frente a esta situação coloca em evidência que estas iniciativas podem trazer benefícios e malefícios para o país e é necessário definir um planejamento econômico pela expansão do papel econômico brasileiro no mercado internacional frente à ascensão de um mundo multipolar liderado pela China.

Palavras-chave: Ásia; Brasil; China; Dependência; Economia.

ABSTRACT

Regarding their economic positions, Brazil and China are two of the most prominent countries since the decade of 1980. While Brazil reformed its institutions under neoliberal policies based on the Washington Consensus, China expanded its developmentalist policies. Therefore, this research aims to explore the rapprochement of both countries and the emerging Brazilian economic dependence on China. This research was based on bibliographical references and the analysis of the countries' trade balance. Since the 1980s, the adoption of different economic approaches changed their productive structures towards the global economy. Brazil shifted back to be an agro-exporter country as it was in the decade of 1930, while China emerges as the global new economic power through industrialization and investments in innovation. Thus, Brazil needs to define its economic orientations considering the expansion of the Chinese global influence in the international market through the One Belt, One Road and Made in China 2025 initiatives. Brazil's participation in these economic initiatives may bring benefits or harms to the country and requires a forward-looking vision of the national economic planning regarding the Brazilian presence in the international markets and the ascension of a multipolar world under Chinese leadership.

Keywords: Asia; Brazil; China; Dependence; Economics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comércio bilateral da China e dos Estado Unidos com o Brasil em bilhões de dólares americanos entre 1989 e 2022.	13
Figura 2: Participação dos setores econômicos no PIB do Brasil entre 1970 e 2022.	51
Figura 3: Participação dos setores econômicos no PIB da China entre 1970 e 2021.	51
Figura 4: Proporção da dívida externa em relação ao PIB do Brasil e da China entre 1981 e 2021.	52
Figura 5: Participação do valor agregado pela indústria no PIB do Brasil e da China entre 1970 e 2021.	53
Figura 6: Participação das exportações de produtos de média e alta tecnologia em relação às exportações de produtos industrializados do Brasil e da China entre 1990 e 2020.	54
Figura 7: Valor das exportações brasileiras por país de destino entre 1995 e 2020.	57
Figura 8: Valor das exportações brasileiras por setor econômico entre 1995 e 2020.	58
Figura 9: Valor das exportações brasileiras para a China por setor econômico entre 1995 e 2020.	60
Figura 10: Refinitiv/CoreCommodity CRB Index Excess Return e o PIB mensal do Brasil deflacionado pelo IPCA entre fevereiro de 1994 e dezembro de 2020.	61
Figura 11: Valor por quilograma das exportações e importações do Brasil em relação à China em dólares americanos entre 1989 e 2022.	62
Figura 12: Valor das importações brasileiras por país de origem entre 1995 e 2020.	63
Figura 13: Valor das importações brasileiras por setor econômico entre 1995 e 2020.	64
Figura 14: Valor das exportações chinesas por país de destino entre 1995 e 2020.	66
Figura 15: Valor das exportações chinesas por setor econômico entre 1995 e 2020.	67
Figura 16: Participação dos países de origem das importações agrícolas chinesas entre 1995 e 2020.	70
Figura 17: Participação dos países de origem das importações minerais chinesas entre 1995 e 2020.	71
Figura 18: Investimentos previstos para o Plano Safra e os gastos realizados do PAC e do PMCMV em bilhões de reais entre 2002 e 2022.	72

Figura 19: Valor agregado por quilômetro quadrado no Brasil e na China em milhares de dólares americanos entre 1970 e 2020.	73
Figura 20: Distribuição da população chinesa em situação rural e urbana entre 1960 e 2021.	74
Figura 21: Consumo anual de proteína em quilogramas per capita do Brasil e da China entre 2000 e 2017.	75
Figura 22: Proporção dos investimentos públicos em relação ao PIB do Brasil entre 2008 e 2022.	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proporção do PNB per capita de determinados países em relação ao PNB per capita dos Estados Unidos da América entre 1990 e 2020.....	55
Tabela 2: Participação da China nos setores econômicos das exportações brasileiras entre 1995 e 2020.....	59
Tabela 3: Participação da China nos setores produtivos das importações brasileiras entre 1995 e 2020.....	65
Tabela 4: Participação do Brasil nos setores produtivos das exportações chinesas entre 1995 e 2020.....	68
Tabela 5: Participação do Brasil nos setores produtivos das importações chinesas entre 1995 e 2020.....	69
Tabela 6: Renda média anual em dólares americanos da população adulta de países em desenvolvimento e a sua taxa de variação entre 1950 e 2020.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Avançada
NME	Nova Matriz Econômica
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCC	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

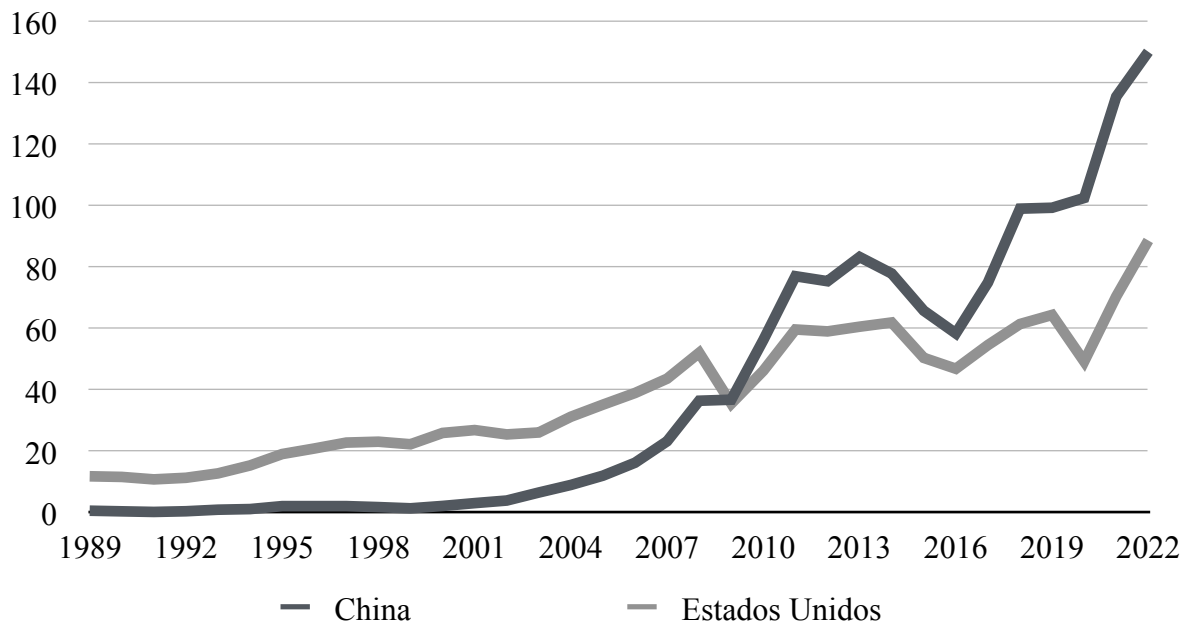
1. INTRODUÇÃO	12
2. CONTEXTO ECONÔMICO E HISTÓRICO	15
2.1. Formação Econômica do Brasil.....	15
2.1.1. O Período Colonial e a Ascensão do Café	15
2.1.2. A Industrialização Brasileira	18
2.1.3. A Reabertura, Estabilização e Estagnação do Brasil.....	24
2.2. Formação Econômica da China.....	31
2.2.1. A China Antiga e o Império do Meio	32
2.2.2. O Século de Humilhação e o Ressurgimento Chinês.....	35
2.2.3. A Reabertura Econômica Chinesa.....	42
2.3. As Relações Sino-Brasileiras	45
3. DIAGNOSTICANDO A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.....	50
3.1. A Desindustrialização Brasileira e a Ascensão Chinesa.....	50
3.2. A Novíssima Dependência	56
3.3. As Perspectivas das Relações Sino-Brasileiras	71
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
4.1. Sugestões para Pesquisas Posteriores	83
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil e a República Popular da China são dois países que passaram por grandes transformações a partir da década de 1970 e se destacam pela relevância dos seus territórios, populações e recursos naturais frente à economia mundial. A partir do final desta década, os dois países adotaram abordagens diferentes nas suas políticas de desenvolvimento econômico, enquanto o Brasil observou o esgotamento do modelo desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo como o modelo de reestruturação do Estado brasileiro, a China realizou mudanças em relação ao seu planejamento econômico socialista e passou a se reintegrar gradativamente ao mercado internacional capitalista por meio da manutenção do modelo desenvolvimentista.

A adoção das políticas econômicas neoliberais defendidas pelo Consenso de Washington modificaram profundamente a economia brasileira a partir da década de 1980, observando-se um surgimento de discussões acerca do processo de desindustrialização do país e a elevação da participação de produtos primários na balança comercial brasileira. Neste mesmo período, a economia chinesa passa por um processo de reabertura econômica onde a industrialização se torna o principal impulsionador do desenvolvimento através do capital acumulado pela diáspora capitalista chinesa. Sendo assim, considerando que o Brasil passava por um processo de redemocratização e a China por um processo de reabertura econômica, os dois países passaram a se aproximar de forma mais acentuada a partir da década de 1980 por meio de cooperações tecnológicas. No entanto, o principal momento de aproximação entre os dois países passa a ocorrer a partir da metade da década de 1990 com a intensificação do comércio bilateral. Conforme apresentado na Figura 1, o avanço no comércio entre os dois países permitiu que a China ultrapassasse os Estados Unidos da América e se tornasse o maior parceiro comercial do Brasil em 2009.

Figura 1: Comércio bilateral da China e dos Estados Unidos com o Brasil em bilhões de dólares americanos entre 1989 e 2022.



Fonte: SECEX (2023). Elaborado pelo autor.

Sendo assim, considerando que o Brasil e a China eram tidos como economias da periferia e semiperiferia do capitalismo e que o país asiático conseguiu superar a maior economia mundial como o maior parceiro comercial brasileiro, a análise da formação econômica e do processo de desenvolvimento destes dois países são de grande importância para entender as mudanças que estão ocorrendo na economia mundial. Além disso, a ascensão do protagonismo da economia brasileira como grande fornecedor do mercado internacional é essencial para entender a sua situação de crescimento econômico e estagnação no novo milênio. Considerando a economia chinesa, observa-se uma elevação no grau de especialização do país ao mesmo tempo em que a sua importância na política internacional cresce de forma expressiva, representando uma mudança na hegemonia política internacional pelo redirecionamento desta para um mundo multipolar, onde diversos países disputam a posição como uma liderança mundial. Além disso, o deslocamento da economia mundial para os países do sul global aumenta a relevância desta discussão frente à integração de outras economias da periferia e semiperiferia do capitalismo por meio de iniciativas chinesas como a Nova Rota da Seda. Dessa forma, esta monografia tem como objetivo verificar em que medida a ascensão da economia chinesa está impulsionando uma relação de dependência econômica do Brasil em relação à China e se o mesmo pode ser observado no país asiático.

A relevância desta discussão é fundamentada pelas diferentes abordagens quanto ao desenvolvimento econômico dos dois países a partir da década de 1980 e os resultados observados principalmente a partir da primeira década do século XXI. Enquanto os países latino-americanos como o Brasil abandonaram os planos nacionais de desenvolvimento fundamentados em políticas desenvolvimentistas e adotaram as recomendações apresentadas pelo Consenso de Washington, o mesmo não pôde ser observado em relação à economia chinesa, onde ocorreu uma prevalência da presença estatal no desenvolvimento nacional. Sendo assim, a primeira parte desta monografia tem como objetivo analisar o referencial bibliográfico em relação à formação econômica dos dois países e à sua aproximação comercial e política.

A segunda parte desta monografia busca verificar o diagnóstico quanto à dependência econômica do Brasil em relação à China e se existe a possibilidade de também ocorrer uma dependência econômica da China em relação ao Brasil. Para este fim, utilizam-se informações das suas balanças comerciais e indicadores econômicos ao mesmo tempo que se verificam os seus comportamentos frente ao que foi observado nos referenciais bibliográficos apresentados anteriormente. Adota-se como conceito de dependência econômica a necessidade de importação de produtos industrializados enquanto as exportações são predominantemente de produtos primários, onde determinado país estabelece o controle majoritário destas relações comerciais. Além disso, nesta parte da monografia também se verificam quais são as perspectivas das relações entre os dois países frente aos resultados verificados e os planejamentos nacionais que estão sendo realizados.

Por fim, a última parte desta monografia retoma o objetivo apresentado e busca verificar a convergência entre as discussões observadas nos referenciais bibliográficos e as informações apresentadas no diagnóstico da dependência econômica. Além disso, apresentam-se as perspectivas para as relações entre os dois países considerando os resultados desta monografia e sugestões para pesquisas posteriores.

2. CONTEXTO ECONÔMICO E HISTÓRICO

Para verificar a existência de uma relação de dependência econômica entre os países, é necessário verificar as origens históricas destas relações. Além disso, verificam-se os contextos econômicos do comércio destes países, assim como a sua situação quanto a produção agropecuária e industrial.

2.1. Formação Econômica do Brasil

A formação da economia brasileira se deu principalmente em ciclos econômicos, sendo que desde o estabelecimento do Brasil como uma colônia portuguesa as principais atividades produtivas estavam relacionadas à produção açucareira, de algodão e a extração de pau-brasil e ouro. Como país independente, o Brasil manteve por cerca de uma década a produção algodoeira como principal atividade econômica, substituindo-a posteriormente pela produção de café. Após a estabelecimento da república, ocorreu uma expansão da atividade industrial de forma contínua até o final da década de 1980. Desde então, observa-se uma desaceleração e redução da participação da produção industrial na economia brasileira.

2.1.1. O Período Colonial e a Ascensão do Café

Segundo Prado Júnior (2004, p. 24-27), a exploração econômica da colônia portuguesa no continente americano foi iniciada com a extração da madeira de pau-brasil, no entanto, esta atividade econômica se findou rapidamente devido ao esgotamento das matas costeiras. Posteriormente, Furtado (2001, p. 16-18) aponta que o Brasil adotou um modelo econômico de capitania hereditárias, onde o principal produto foi o açúcar, permanecendo desta forma até o fim do financiamento holandês e o estabelecimento de uma produção concorrente holandesa nas ilhas do Caribe. A superação da crise da produção açucareira ocorreu com a exploração das jazidas de ouro e prata encontradas na região de Minas Gerais e gerou um grande fluxo migratório provindo principalmente da Europa. (FURTADO, 2001, p. 32-35; PRADO JÚNIOR, 2004, p. 56-57) Neste momento, a revolução industrial passa a se desenvolver na Inglaterra em decorrência do acúmulo de capital provindo das jazidas de ouro da América portuguesa, sendo que este acúmulo de capital retorna em forma de bens industrializados para o mercado interno. (FURTADO, 2001, p. 82-83)

Segundo Prado Júnior (2004, p. 125-127), o enfraquecimento de Portugal frente ao avanço de Napoleão Bonaparte na Europa e o apoio britânico para a transferência do governo português para o Brasil em 1808 constituiu uma situação em que o Reino Unido se tornou a metrópole de fato do Brasil, garantindo um quase monopólio comercial britânico na economia brasileira por meio da abertura dos portos. Sucintamente, a presença portuguesa no Brasil era desvantajosa para os comerciantes britânicos pois estes atuavam como um intermediador do comércio entre a então colônia e o Reino Unido. Como um país independente, o governo brasileiro reconheceu o Reino Unido como uma potência privilegiada em relação aos outros países do comércio mundial em 1827, oficializando assim a prevalência da economia britânica nas relações comerciais brasileiras. (FURTADO, 2001, p. 37-38)

Furtado (2001, p. 110-113) apresenta que a economia brasileira estava passando por um processo de decadência e se buscava um novo produto para ser a principal exportação do país durante a primeira metade do século XIX. A produção de arroz, cacau e fumo foram consideradas, mas nenhum destes produtos se mostrou tão bem adaptado à realidade brasileira quanto o café. Este produto estava presente no país desde o final do século XVIII e apresentava alta capacidade de adaptação ao clima brasileiro. Sendo assim, o café se consolidou como o principal produto exportado pelo país durante a metade do século XIX. Além disso, a disponibilidade de mão de obra na região do sudeste brasileiro e a proximidade com os grandes portos do país facilitaram a adoção deste produto. Ainda segundo Furtado (2001, p. 117-199), a mão de obra escrava foi predominante na economia brasileira durante a maior parte deste século, destacando-se também a alta mortalidade dos escravos brasileiros. Neste mesmo período, Prado Júnior (2004, p. 135-136) ressalta que se estabeleceram as primeiras manufaturas têxteis e metalúrgicas do país, mas o avanço das suas produções foi impossibilitado devido à concorrência externa.

Analisando a questão da mão de obra brasileira, Furtado (2001, p. 119) aponta que migração da população nordestina para a região do sudeste do país para a produção cafeeira colocou em evidência o problema de falta de mão de obra. Prado Júnior (2004, p. 188) apresenta que esta questão se intensificou com o aumento das lavouras de café a partir da década de 1870 e o combate à escravidão. O incentivo à imigração europeia para as regiões produtoras de café solucionou este problema por meio de um financiamento parcial pelo governo brasileiro, ainda que este tenha causado o surgimento de um sistema de servidão em

relação aos donos das fazendas devido à necessidade de pagar as dívidas. (FURTADO, 2001, p. 119-128) Deve-se ressaltar também a imigração para a região amazônica devido à extração de borracha das árvores seringueiras nativas desta região em decorrência do avanço da revolução industrial na América do Norte e na Europa. Observou-se um movimento migratório da mesma forma que ocorreu para a produção cafeeira nas regiões mais ao sul do país. Este ciclo econômico foi encerrado devido à uma drástica redução do preço da borracha extraída no Brasil em decorrência da invenção e produção de borracha sintética após a Primeira Guerra Mundial. (FURTADO, 2001, p. 129-131)

Furtado (2001, p. 177) aponta que o ciclo econômico da produção cafeeira foi bem-sucedido. No entanto, Prado Júnior (2004, p. 227-228) apresenta que apesar do aumento na quantidade produzida de café, a qualidade do processo produtivo permaneceu o mesmo, substituindo-se apenas a mão de obra escrava ou servil pelo regime de trabalho assalariado e livre. Além disso, a ocorrência da primeira crise de superprodução cafeeira no início do século XX evidenciou que apesar do controle brasileiro do mercado cafeeiro mundial, a economia brasileira estava exposta às flutuações de preços do mercado internacional. Segundo Furtado (2001, p. 179), esta questão foi solucionada pelo estabelecimento de um controle brasileiro deste mercado internacional, onde os produtores e políticos das regiões produtoras de café estabeleceram um convênio com os governos estaduais para garantir o controle da oferta disponível de café. Ainda segundo Furtado (2001, p. 181-185), esta política se mostrou exitosa até a ocorrência da quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a crise econômica de 1929. A perda do controle deste mercado internacional foi ocasionada pela impossibilidade de suprir os prejuízos com os empréstimos contraídos pelo governo federal brasileiro. Os efeitos desta política econômica foram marcados pela privatização dos benefícios e a coletivização dos prejuízos, uma vez que o Estado brasileiro não recebia benefícios quando havia lucros na produção cafeeira, mas absorvia os prejuízos em momentos de crise e de queda nos preços das sacas de café. Prado Júnior (2004, p. 294) afirma que se buscou retornar a uma posição de equilíbrio no mercado internacional por meio da incineração de milhões de toneladas de sacas de café com o objetivo de reduzir a sua oferta e elevar o seu preço. Apesar disso, Furtado (2001, p. 189) apresenta que os preços ainda permaneceram muito abaixo dos observados anteriormente.

2.1.2. A Industrialização Brasileira

Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 50), a industrialização brasileira começou a partir dos primeiros anos da República, quando a mesma surgiu de forma “natural” por meio da substituição de importações de bens não-duráveis. Furtado (2001, p. 195-198) afirma que a crise econômica de 1929 e a dependência econômica do setor exportador cafeeiro colocaram em evidência o problema de oferta de bens produzidos no mercado nacional frente à incapacidade de os importar. Além disso, observa-se uma redução limitada do setor industrial brasileiro frente aos outros setores, ocorrendo assim o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno devido à impossibilidade de negociar com o exterior. Ainda que o setor industrial brasileiro tenha avançado, o mercado interno ainda estava limitado pela sua capacidade de produzir máquinas, dependendo então de maquinários provindos dos países centrais. A superação deste problema foi possibilitada pela alta taxa de utilização das indústrias instaladas e o acúmulo de capital para a importação de novos maquinários de segunda mão, disponíveis em decorrência da crise econômica. (FURTADO, 2001, p. 198-202) Segundo Draibe (1985, p. 110-114), criaram-se diversas comissões para estudar a expansão do mercado interno e o seu suprimento por meio da produção nacional, surgindo assim o planejamento econômico brasileiro. Ainda segundo Draibe (1985, p. 100-105), a participação estatal no processo de industrialização nacional foi decisiva, assim como a definição de planos econômicos para atingir os objetivos desejados. Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 22), este período também foi marcado pela incorporação da classe trabalhadora brasileira como uma parte significativa da vida política nacional.

Após a metade da década de 1940 e o retorno brasileiro à democracia, Eurico Gaspar Dutra se torna presidente em um momento de rápida transformação econômica em decorrência dos acordos firmados em Bretton Woods. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 23) O novo presidente do país tinha como interesse levar os processos de industrialização nacional para um caráter mais conservador do que os observados anteriormente. (DRAIBE, 1985, p. 138-139) O Plano Salte foi a principal política econômica do governo de Dutra e tinha como objetivo realizar investimentos nos setores de alimentação, energia, saúde e transporte. (DRAIBE, 1985, p. 148-152) No entanto, a falta de padronização dos objetivos, alinhado com a carência de apoio político, a falta de clareza da origem do financiamento dos projetos contemplados e a redução do preço dos produtos industrializados europeus devido a

fragilização das suas moedas resultaram no fracasso do plano econômico. (DRAIBE, 1985, p. 148-152 e p. 156-157; GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 25-27)

Segundo Draibe (1985, p. 180), o retorno de Vargas ao governo brasileiro em 1951 por vias democráticas representou um novo esforço para a aceleração da industrialização nacional por meio das indústrias de base. Ainda que não tenha sido definido um plano econômico em específico durante este período, os esforços para o desenvolvimento industrial foram fundamentados em padronizações e na definição clara da origem orçamentária dos investimentos. (DRAIBE, 1985, p. 184-186) Além disso, a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos auxiliou na obtenção de financiamentos por meio do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos e do Banco Mundial. Neste mesmo período, criou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico como um órgão para coordenar o desenvolvimento econômico do país e facilitar o recebimento de financiamentos. (DRAIBE, 1985, p. 197; GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 29-30) Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 29), a importância das empresas estatais criadas neste período só pode ser observada a médio prazo por conta dos projetos de modernização do país que as mesmas impulsionaram. Apesar dos avanços observados durante o governo de Vargas, a situação financeira do país era instável devido às variações das exportações e a instabilidade nas relações diplomáticas ocasionadas pela Guerra da Coreia. Neste momento, observou-se também a troca da liderança do governo americano, adotando-se agora uma postura contrária aos investimentos firmados anteriormente com o Brasil. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 32-33) No entanto, o descontentamento com o grande crescimento dos gastos do governo brasileiro e a alta inflacionária resultou em um sentimento de descontentamento no setor empresarial, com este passando a defender a retirada de Vargas do cargo. Dessa forma, a insatisfação da oposição e a pressão pela saída do cargo culminaram no suicídio de Getúlio Vargas. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 34-36)

Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 47), o projeto de industrialização nacional impulsionado por Vargas foi sucedido pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Gremaud *et al.* (2007, p. 382) define que este plano econômico não se limitava a substituição dos produtos importados e buscava promover a integração industrial do país. Sendo assim, o Plano de Metas consistia em trinta metas objetivando o aumento da capacidade produtiva de diversos setores da economia brasileira que apresentavam desequilíbrios e uma meta autônoma que Kubitschek considerava crucial para estabelecer a integração nacional e

demonstrar a capacidade de desenvolvimento do país, sendo esta a construção da nova capital federal, Brasília. O financiamento do plano econômico foi realizado por meio de agências creditícias governamentais e fundos públicos e privados. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 55-57) Segundo Draibe (1985, p. 242-243), o Plano de Metas foi bem-sucedido pois conseguiu unir os interesses do capital nacional com o capital internacional por meio do estabelecimento de generosos benefícios para a produção nacional de bens com metas de produção bem definidas. A integração dos interesses destes dois grupos permitiu que a indústria brasileira alcançasse patamares de desenvolvimento industrial mais elevados e um avanço na divisão internacional do trabalho. Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 58-59), estes não foram os únicos resultados do Plano de Metas na economia brasileira. Os elevados gastos com o plano econômico impulsionaram a dívida pública e elevaram a taxa de inflação em decorrência da escolha do presidente em optar pelo crescimento da economia brasileira ao invés de uma política de controle dos gastos, encerrando o seu mandato com resultados macroeconômicos não tão bons quanto os esperados, mas com um país substancialmente mais industrializado.

Apesar do sucesso no avanço da industrialização do país, o candidato apoiado por Kubitschek nas eleições de 1960 foi derrotado pelo candidato da União Democrática Nacional, Jânio Quadros. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 59) Segundo Gremaud *et al.* (2007, p. 390), o governo de Quadros foi marcado pela instabilidade política e um fim abrupto em agosto de 1961 com a renúncia do presidente e um aprofundamento da crise política em decorrência do vice-presidente estar no exterior em uma visita à China comunista. Apesar da crise política e de uma alta taxa de inflação, o país conseguiu manter um patamar elevado de crescimento econômico devido aos projetos de investimento realizados durante o governo de Kubitschek. Após a devolução dos poderes executivos a João Goulart em janeiro de 1963, o país observou uma retomada dos planos econômicos desenvolvimentistas. Celso Furtado, então ministro de Goulart, elaborou um novo plano de desenvolvimento nacional fundamentado na ampliação da política de substituição de importações. Os objetivos eram de aumentar a taxa de crescimento da economia brasileira ao mesmo tempo que se reduzia progressivamente a taxa de inflação, garantir o crescimento real dos salários seguindo o aumento da taxa de produtividade, realizar a reforma agrária e renegociar a dívida externa. Os resultados do plano econômico intensificaram a depressão econômica brasileira e as tentativas de renegociar as dívidas com os Estados Unidos falharam devido ao pouco interesse do

governo americano em negociar com um governo considerado de esquerda e voltado para uma política externa independente. A desestabilização econômica e a insatisfação da sociedade civil e militar com o governo levaram ao golpe militar em 31 de março de 1964 e o estabelecimento de uma ditadura militar. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 60-65)

Segundo Gremaud *et al.* (2007, p. 393), a ascensão do governo autoritário e militar de Castello Branco foi marcada pela apresentação do Plano de Ação Econômica do Governo. Este plano econômico foi marcado pelo aumento das tarifas públicas, a redução dos gastos do governo, a restrição do acesso ao crédito e uma grande redução do valor real dos salários. Observou-se também uma ampla reforma financeira, com a criação do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional, e tributária, com um aumento da arrecadação e uma centralização e simplificação desta política. (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 394-398) Apesar da impopularidade destas políticas econômicas, a economia brasileira começou a se recuperar e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período das reformas se apresentou mais elevado do que durante os anos anteriores. A retomada do crescimento da economia brasileira após a aplicação do PAEG ficou conhecida como “milagre econômico”. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 78-80) Gremaud *et al.* (2007, p. 401-403) define que este período de prosperidade foi decorrente das reformas institucionais e a capacidade ociosa da economia devido às crises econômicas ocorridas anteriormente. Além disso, a retomada dos investimentos públicos, associado ao crescimento da demanda por bens duráveis e a condição propícia para a exportação também incentivaram o alto crescimento econômico deste período. Giambiagi *et al.* (2005, p. 84-87), afirma que o sucesso da economia brasileira neste período também contou com a participação de países estrangeiros que buscavam oportunidades mais rentáveis em países em desenvolvimento. Dessa forma, a economia brasileira foi impulsionada por meio da captação de investimentos estrangeiros diretos ao mesmo tempo que o governo brasileiro conseguia contrair empréstimos no exterior para realizar mais investimentos. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 87)

Durante a década de 1970, o sucesso do desenvolvimento e da industrialização brasileira estiveram relacionados em especial a dois planos econômicos, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Neste momento, o país se encontrava mais dependente da economia externa devido aos empréstimos contraídos no exterior, mas este também se encontrava com uma economia muito maior e

mais industrializada, especialmente no setor de bens duráveis. Apesar do avanço no desenvolvimento econômico e na industrialização, o país passou a depender de produtos que não estavam disponíveis no parque industrial brasileiro, como o petróleo. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 95) Segundo Gremaud *et al.* (2007, p. 415-417), a dependência da importação de petróleo se mostrou problemática a partir do final do ano de 1973, quando ocorre o primeiro choque do petróleo. O governo brasileiro optou por realizar uma manutenção dos investimentos do II PND ainda que em um momento de crise econômica devido às perspectivas de que a crise econômica internacional seria rapidamente superada e buscando manter a legitimidade da ditadura militar frente ao crescimento do Movimento Democrático Brasileiro.

Giambiagi *et al.* (2005, p. 100) afirma que a continuidade do II PND possibilitou investimentos nos setores de infraestrutura e na exploração de petróleo e outros combustíveis alternativos. Além disso, no setor energético, ampliaram-se os investimentos para a produção de energia elétrica por meio de hidrelétricas. O avanço do plano econômico ocasionou a elevação da taxa de inflação devido à elevação da dívida pública, dessa forma, o governo brasileiro passou a controlar os gastos através de uma administração pública direta dos ministérios e por meio da limitação do acesso ao crédito, entretanto, a política expansionista de investimentos contrariava estas medidas e alavancou o aumento da taxa de inflação para patamares ainda mais elevados. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 102-104) Além disso, a maior parte da dívida pública e dos investimentos do país estavam atrelados a moedas estrangeiras, elevando-se assim os custos do pagamento da dívida pública e ocasionando um descontrole das contas públicas. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 97)

A economia brasileira sofre um segundo choque do petróleo em 1979 e a sua situação piora de forma rápida. O governo de João Figueiredo buscou controlar a desaceleração da economia nacional por meio do contingenciamento dos investimentos públicos, a redução dos subsídios e uma política de desvalorização da taxa de câmbio. Além disso, o BACEN possibilitou que as empresas depositassem as suas dívidas em moeda estrangeira na instituição antes das suas datas de vencimento, transferindo assim o risco cambial e os custos da desvalorização cambial para o governo. O diagnóstico inicial da crise econômica era de que o déficit público impulsionava a inflação e que eram necessários ainda mais ajustes nos gastos públicos para retomar o crescimento econômico e controlar a taxa de

inflação. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 107-109) Apesar disso, a situação continuou a piorar em decorrência das economias dos países centrais e às diversas declarações de moratória da dívida externa, resultando na necessidade de um ajuste da dívida externa brasileira com amparo do FMI. (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 424-426) O fracasso das tentativas de controlar a crise econômica resultaram na indexação da taxa de inflação na economia brasileira e em uma inflação do tipo inercial. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 109) Sendo assim, o acirramento da crise econômica e o descontentamento com as políticas econômicas adotadas ao mesmo tempo em que o movimento pelo retorno das eleições diretas e democráticas no país ganhava força levaram a ditadura militar ao seu fim, com a eleição de um presidente civil em 1985, ainda que de forma indireta. (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 429)

José Sarney assumiu o governo brasileiro em meio a uma crise inflacionária ocasionada pela indexação da economia em perspectivas de taxas de inflação ainda maiores no futuro, sendo diagnosticada a necessidade de um congelamento compulsórios de todos os preços da economia nacional para conter o avanço da crise econômica. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 118-121) Segundo Gremaud *et al.* (2007, p. 438), o governo brasileiro apresentou em fevereiro de 1986 o Plano Cruzado buscando controlar a taxa de inflação por meio da substituição da moeda nacional pelo cruzado e o congelamento de todos os preços da economia brasileira. Além disso, os títulos públicos foram substituídos por novas emissões do Tesouro Nacional com o seu congelamento durante um ano, os rendimentos das cadernetas de poupança deixaram de ser pagos mensalmente e os salários foram congelados. Giambiagi *et al.* (2005, p. 126-127) define que em um primeiro momento o problema inflacionário foi resolvido, mas esta situação culminou em um superaquecimento da economia brasileira e um retorno a taxas de inflação ainda mais altas do que as observadas anteriormente. A piora nos resultados das receitas de exportações a partir do segundo semestre de 1986 deixou ainda mais fragilizada a situação das contas do governo pois ampliou as defasagens com os preços do mercado internacional. A piora na situação das contas externas brasileiras resultou no fim do Plano Cruzado, do congelamento dos preços e a declaração de moratória nos juros externos. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 128) Gremaud *et al.* (2007, p. 446) afirma que o fracasso do plano econômico se deu devido a excessiva duração dos congelamentos de preços, o crescimento descontrolado da demanda de moeda em decorrência do superaquecimento econômico e a piora das contas externas brasileiras.

Posteriormente, o Plano Bresser buscou controlar a taxa de inflação brasileira por meio de uma taxa de juros real, a redução do déficit público pela elevação de tarifas e a eliminação de subsídios. Além disso, ocorreu um novo congelamento dos preços e dos salários. Este plano econômico, assim como o anterior, fracassou, em especial devido que as suas definições não foram seguidas conforme determinado e eram impopulares, ocasionando assim a demissão do então ministro da fazenda. O novo ministro da fazenda buscou resolver o problema inflacionário por meio da “Política do Feijão com Arroz”, onde se congelaram os valores nominais dos empréstimos públicos e os salários do funcionalismo público, assim como os planos econômicos anteriores, esta política não foi bem-sucedida. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 129-131) A apresentação do Plano Verão em 1989, diferente dos anteriores, buscava controlar a inflação por meio da extinção de todos os mecanismos de indexação dos preços e dos salários, redução dos gastos públicos, a restrição do acesso ao crédito e congelamento de preços e salários. Além disso, a moeda nacional é substituída novamente. A falta de indexação clara dos preços e dos salários resultou em uma rápida volta das elevadas taxas de inflação. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 131; GREMAUD *et al.*, 2007, p. 450) A conclusão do primeiro governo civil desde o golpe militar de 1964 se mostrou desastroso na área econômica. Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 134), a gestão fiscal ineficiente durante o período resultou no fracasso dos planos econômicos e da estabilização da economia brasileira durante a década de 1980.

Deve-se observar também que a partir deste momento as ideias neoliberais ganharam um novo impulso com o Consenso de Washington e a sua defesa pela abertura econômica e financeira para o mercado internacional, assim como a redução da participação estatal na economia. Além disso, a apresentação do Plano Brady pelo governo dos Estados Unidos guiou a reestruturação da dívida de 32 países, afetando o Brasil principalmente durante a implantação do Plano Real, onde a adequação da dívida pública brasileira foi essencial para garantir a estabilidade inflacionária do país. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 145)

2.1.3. A Reabertura, Estabilização e Estagnação do Brasil

A eleição de Fernando Collor de Mello representou o retorno às eleições pelo voto direito para o cargo de Presidente da República. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 492) O governo de Collor foi marcado pela tentativa de aumentar a competitividade da economia

brasileira e controlar a inflação por meio de políticas econômicas neoliberais. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 148) Sendo assim, as políticas econômicas foram aplicadas por meio de três planos econômicos, sendo eles o Plano Collor, a Política Industrial e de Comércio Exterior e o Programa Nacional de Desestatização. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 146; GREMAUD *et al.*, 2007, p. 457) Sucintamente, o Plano Collor não obteve sucesso pois não tinha credibilidade para aplicar um novo congelamento de preços e confundiu a interpretação teórica sobre o estoque e o fluxo de moeda. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 148-149) Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 493), o governo de Collor também realizou um impopular bloqueio no saldo das contas-correntes e cadernetas de poupança, ainda que aceito inicialmente pela população por acreditar que não haveria outras alternativas para resolver o problema inflacionário. Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 146), os outros dois planos econômicos foram apresentados com o objetivo de realizar a abertura da economia brasileira para o mercado mundial e privatizar empresas estatais, abandonando a política de substituição de importações e extinguindo diversas limitações quanto à importação de produtos estrangeiros. Além de deixar a Presidência da República por meio de um processo de impedimento devido a corrupção, Collor deixou para Itamar Franco um país considerado em caos econômico pela permanência da alta taxa de inflação e a recessão econômica. (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 459; SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 492)

O governo de Itamar Franco foi marcado pelo início da estabilização da economia brasileira através do Plano Real. Este plano econômico foi criado por uma equipe econômica do Ministério da Fazenda e tinha como fundamento os trabalhos de André Lara Resende e Pérsio Arida durante a década de 1980. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 151) Sucintamente, o Plano Real consistia em três fases, sendo que a primeira fase tinha como objetivo realizar um ajuste fiscal, seguido pelo estabelecimento de um padrão monetário estável para ser utilizado no lugar da moeda hiperinflacionária durante a segunda fase, enquanto a terceira fase consistia na substituição da moeda hiperinflacionária pelo novo padrão monetário estável introduzido na segunda fase como a moeda nacional. O governo apresentou o novo plano econômico em fevereiro de 1994 como uma transição gradual para uma nova unidade monetária estável, evitando causar desequilíbrios econômicos. (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 472-473) Concluída a fase de ajuste fiscal, o governo introduziu a Unidade Real de Valor (URV) na economia brasileira, sendo esta atrelada a uma moeda estrangeira estável, enquanto

o cruzeiro real passa a ter o seu valor atualizado diariamente em URV. Além disso, as taxas de juros e de depósitos compulsórios foram mantidas em patamares elevados para evitar um grande aumento da demanda após a adoção em massa do novo padrão monetário. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 154-156) Segundo Gremaud *et al.* (2007, p. 475-476), a ampla adesão à URV permitiu que o real substituísse o cruzeiro real como a nova moeda brasileira. Além disso, as elevadas taxas de juros mantidas pelo BACEN possibilitaram que o país acumulasse reservas cambiais como uma forma de âncora cambial, protegendo assim a nova moeda de grandes flutuações. Este momento se tornou propício para a importação de produtos, uma vez que o Brasil havia passado por reformas de reabertura econômica no governo de Collor e agora se contava com uma moeda estável e atrelada ao dólar. Giambiagi *et al.* (2005, p. 157) define que o real também foi fundamentado em uma âncora monetária, sendo esta fundamentada em limites para o estoque de moeda da base monetária e reformas no funcionamento do Conselho Monetário Nacional. Apesar destas definições, nenhuma delas foi seguida de forma integral e sofreram alterações posteriores, como a substituição do regime cambial de banda assimétrica para o regime de bandas simétricas e a substituição da âncora monetária por uma âncora cambial. Dessa forma, Giambiagi *et al.* (2005, p. 151) define que o sucesso do plano econômico levou que um dos seus principais idealizadores, Fernando Henrique Cardoso (FHC), concorresse ao cargo de Presidente da República e fosse eleito em 1994.

O governo de FHC foi marcado por tentativas de manter a estabilidade econômica do país após o bem-sucedido controle da taxa de inflação e pela estruturação de políticas sociais. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 503) Durante o seu governo, o país precisou enfrentar o superaquecimento da economia, superar a crise econômica do México e da Ásia e reestruturar as suas reservas cambiais. Sucintamente, estes problemas foram resolvidos por meio da desvalorização controlada da moeda brasileira e a elevação da taxa de juros. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 167-168) Apesar do Plano Real ter garantido a estabilidade da taxa de inflação, a sua política econômica de manter uma taxa de juros elevada levou a uma crise fiscal em relação ao déficit público que se intensificou após as crises econômicas do México e da Ásia, sendo este problema superado em janeiro de 1999, com a adoção de um regime de câmbio flutuante e do regime de metas de inflação. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 173-177) Além disso, FHC contraiu empréstimos com o FMI para garantir a estabilidade das contas públicas

brasileiras durante todo o seu governo. (MANFRINI, 2002) Este período também foi marcado pela privatização de diversas empresas estatais e a abertura de setores da economia brasileira que estavam sob monopólio estatal para a iniciativa privada. Segundo Giambiagi *et al.* (2005, p. 186), o processo de privatização das empresas estatais se fundamentou no Programa Nacional de Desestatização apresentado por Collor em 1990. Além destes processos, a fragilidade do sistema financeiro nacional também foi combatida por meio de uma ampla reforma financeira, onde o governo concedeu financiamentos para realizar as reorganizações necessárias no setor bancário, incentivou a formação de conglomerados mais sólidos, a privatização dos bancos estaduais e a ampliação dos requisitos para a abertura de instituições financeiras no Brasil. (GIAMBIAGI *et al.*, 2005, p. 183)

Segundo Gremaud *et al.* (2007, p. 507-508), o final do segundo mandato de FHC foi marcado por duas crises que afetaram o crescimento econômico do país. A primeira crise ocorreu devido ao surgimento de uma crise econômica na Argentina, sendo este país um dos grandes parceiros comerciais do Brasil, enquanto a segunda crise surgiu internamente e estava relacionada ao atingimento do limite da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica em decorrência da falta de investimentos no setor energético, ocasionando um racionamento nacional. Giambiagi *et al.* (2005, p. 181) aponta que os atentados terroristas nos Estados Unidos em setembro de 2001 fragilizaram ainda mais a economia brasileira. A conclusão do governo de FHC apresenta um país profundamente alterado em relação ao que se observava no início do seu mandato em 1995. Apesar de ter enfrentado diversas crises econômicas durante o seu governo, FHC conseguiu reduzir e estabilizar a taxa de inflação do país. A reforma e modernização do sistema financeiro nacional também garantiram segurança para o mercado brasileiro frente aos investidores estrangeiros, enquanto o mesmo não ocorreu nos países envolvidos nas crises econômicas do México e da Ásia. Além disso, estabeleceram-se os fundamentos para a criação do tripé macroeconômico da economia brasileira. (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 506-507) Findando-se o mandato de FHC, realizou-se a transferência de poder de forma democrática entre dois presidentes eleitos diretamente pela população brasileira pela primeira vez desde 1961.

Luiz Inácio Lula da Silva passou a ocupar o cargo de Presidente da República em 2003, liderando um país que passou por instabilidades econômicas consideráveis no final do mandato do seu antecessor. Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 503), a eleição de Lula

representou a alternância de poder para um presidente provindo de uma classe social desfavorecida e de orientação política operária e sindical. Giambiagi *et al.* (2011, p. 198-203) aponta que diversos analistas do mercado nacional e internacional estavam incertos quanto a continuidade das políticas econômicas adotadas nos governos anteriores e temiam uma ruptura que trouxesse de volta os problemas econômicos ainda maiores para o país. Estes temores foram resolvidos com a apresentação da Carta ao Povo Brasileiro em junho de 2002, onde Lula confirmou a continuidade das políticas econômicas do seu antecessor, assumindo uma nova postura mais moderada e menos disruptiva. Ainda segundo Giambiagi *et al.* (2011, p. 209-210), o governo de Lula também realizou uma reforma tributária e uma reforma da previdência social, sendo que em ambos os casos elas foram muito bem recebidas pela iniciativa privada, enquanto rompiam com os posicionamentos históricos do Partido dos Trabalhadores.

Biancarelli (2014) aponta que o país conseguiu retomar altas taxas de crescimento em um primeiro momento devido à demanda externa, enquanto posteriormente a economia brasileira foi impulsionada pela demanda interna. Giambiagi *et al.* (2011, p. 227) aponta que as elevadas taxas de investimento nos países asiáticos, em especial na China, impulsionaram a economia brasileiro por meio da exportação de minério de ferro, soja, carne e outros produtos primários. Biancarelli (2014) observa que durante o governo de Lula o papel do Estado foi sendo gradativamente alterado para um novo modelo econômico fundamentado na manutenção da estabilidade macroeconômica e a melhoria da situação socioeconômica da população brasileira, especialmente por meio de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e a valorização real do salário mínimo. Carvalho (2018) aponta que estas políticas socioeconômicas impulsionaram o consumo da população mais pobre e elevaram os salários por meio de melhores empregos em setores da economia que demandavam menos qualificação profissional, observando-se uma redução na desigualdade salarial. Carvalho (2018) ainda aponta que o crescimento dos salários ao mesmo tempo em que crescia a disponibilidade do crédito para a população mais carente permitiu impulsionar ainda mais o crescimento econômico do país, mesmo durante a crise econômica de 2008. A economia brasileira também foi impulsionada neste período pelos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Além disso, foram concedidas desonerações fiscais, em especial para a produção de automóveis e

bens de consumo duráveis, incentivando assim o consumo da população mesmo em um momento de crise econômica. Segundo Giambiagi *et al.* (2011, p. 232), a conclusão do governo de Lula foi observada como excepcionalmente favorável, mas houve questionamentos quanto ao aproveitamento deste momento de prosperidade para a realização de políticas de desenvolvimento mais disruptivas frente aos desafios futuros do país, como o fim do *boom* das *commodities* e a estagnação do crescimento populacional em decorrência do envelhecimento da população brasileira. O sucesso do governo de Lula permitiu que a sua candidata nas eleições de 2010, Dilma Rousseff, fosse eleita.

Dilma assumiu a Presidência da República em meio à elevação da demanda interna devido à elevação da qualidade de vida durante o final da década de 2000 ao mesmo tempo em que o país sofria com a incapacidade de suprir esta demanda, sendo necessário suprir a mesma por meio da importação de produtos industrializados. (CARVALHO, 2018) Sendo assim, o planejamento econômico do governo de Dilma abandonou posicionamentos neoliberais e se voltou a uma retomada do desenvolvimento econômico por meio de políticas econômicas desenvolvimentistas. (SINGER, 2018) Buscando alinhar os interesses do governo federal com os interesses da indústria nacional, apresentaram-se duas políticas econômicas com objetivo de reduzir a dependência do país em relação aos produtos importados e incentivar a inovação, sendo estas a Nova Matriz Econômica e o Plano Brasil Maior. Estas duas políticas econômicas foram marcadas pelo seu caráter industrial, onde o governo brasileiro buscou incentivar este setor por meio da redução da taxa de juros, a desvalorização da moeda brasileira, a desoneração dos gastos das empresas e a redução dos impostos dos produtos industrializados. (CARVALHO, 2018) Além disso, o governo federal elevou a proteção aos produtos fabricados nacionalmente por meio do aumento dos impostos dos produtos com pouca participação de conteúdo local na sua produção, assim como a preferência por produtos nacionais nas compras governamentais. No setor de energia elétrica, Dilma reduziu o custo da energia elétrica buscando atender às demandas da indústria e da população. (SINGER, 2018) Ocorreu ainda uma tentativa de ampliar a participação do setor privado nos investimentos do país por meio do Programa de Investimentos em Logística, onde foram concedidas diversas propriedades do governo federal para a iniciativa privada. (CARVALHO, 2018)

Apesar dos esforços para alterar a política econômica brasileira para um desenvolvimento de longo prazo, esta tentativa passou a se desgastar a partir de 2014. (SINGER, 2018) As políticas de industrialização se tornaram mais brandas com a fragilização do governo de Dilma e perderam a sua característica de uma política industrial de inovação. Sendo assim, os incentivos fiscais fizeram com que a arrecadação do governo federal fosse reduzida e impulsionasse a piora das contas públicas. Além disso, o consumo da população se estagnou e limitou o crescimento da capacidade produtiva, enquanto as empresas aproveitaram as exonerações fiscais para ampliar as suas margens de lucro. (CARVALHO, 2018) Neste mesmo momento, observa-se que parte do setor industrial passa a priorizar o capital financeiro frente à produção industrial, passando a apoiar políticas neoliberais. Ainda que tenha conseguido se reeleger, o baixo crescimento econômico alinhado com a pressão inflacionária levou à convergência das ideias neoliberais com a insatisfação popular, onde Dilma passou a ser acusada de incompetência e corrupção. (SINGER, 2018) Tardiamente, o governo federal tentou controlar os gastos públicos, mas a falta de apoio no Congresso Nacional limitou a sua capacidade de atuação frente à crise econômica e impulsionou a abertura do processo de impedimento de Dilma em dezembro de 2015. Sendo assim, a falta de apoio no poder legislativo ao mesmo tempo em que a insatisfação popular com a crise econômica crescia fez com que o processo de impedimento fosse aceito e que Dilma perdesse o cargo em agosto de 2016, sendo esta condenada pelo suposto crime de não cumprimento da meta fiscal. (CARVALHO, 2018)

A ascensão de Michel Temer à Presidência da República representou um retorno do Movimento Democrático Brasileiro ao poder executivo do país após vinte anos com o objetivo de realizar uma profunda transformação na estrutura do Estado brasileiro. (SINGER, 2018) O legado do governo de Temer ficou marcado pelo retorno das políticas neoliberais, como a reforma trabalhista e as mudanças nos gastos públicos. No entanto, a política econômica mais prevalente ficou conhecida como o Teto dos Gastos, onde as despesas primárias do governo federal ficariam congeladas durante até vinte anos, sendo estas elevadas apenas pela taxa de inflação do ano anterior. Sendo assim, o orçamento do governo federal passou a ser disputado por diversos entes políticos que buscavam colocar os seus interesses frente a outros gastos, como as despesas com a educação, os investimentos públicos e a saúde. (CARVALHO, 2018) A aprovação desta política econômica como uma emenda à constituição

limitou os gastos do governo em especial até a pandemia da COVID-19 em 2020, quando o governo de Jair Messias Bolsonaro buscou superar os gastos permitidos pela constituição por meio da autorização do Congresso Nacional. A partir deste momento, o Teto dos Gastos foi amplamente desrespeitado. (SCHREIBER, 2022)

Sucintamente, a eleição de Bolsonaro foi impulsionada pela crise econômica e institucional que o país passou a partir de 2014 e convergia com os posicionamentos econômicos neoliberais defendidos pelo Congresso Nacional e o governo de Temer. (SINGER, 2018) No entanto, os posicionamentos de redução da participação do Estado na sociedade brasileira entraram em colapso com o início da pandemia da COVID-19 em março de 2020. A incapacidade do governo brasileiro de suprir as despesas com a situação emergencial fez com que o Congresso Nacional autorizasse gastos excepcionais acima do limite constitucional. (AGÊNCIA SENADO, 2020) Após se tornar o primeiro presidente da história brasileira a perder a sua tentativa de reeleição em outubro de 2022, Bolsonaro deixou um país para o seu sucessor com uma regra fiscal insustentável, alta inflação e com diversos problemas sociais em ascensão. (ALEGRETTI, 2022) Sendo assim, Lula retornou à Presidência da República com promessas de retomar as políticas econômicas e sociais do seu governo anterior, enfatizando também um novo processo de industrialização do país. (DUAILIBI, 2022)

2.2. Formação Econômica da China

A formação econômica da China é muito mais antiga do que formação econômica do Brasil, assim como a sua concepção como uma civilização ocorreu em um período de tempo muito anterior ao observado nas civilizações ocidentais. A participação da economia chinesa no mercado mundial era limitada até as guerras do ópio, quando o Reino Unido buscou integrar o país à economia mundial através do seu poderio militar, ocasionando assim a desestabilização de toda a sociedade chinesa até a metade do século XX. O século de humilhação se encerrou com a vitoriosa revolução comunista em 1949 sob a liderança de Mao Zedong, a reestruturação da economia chinesa como uma economia de planejamento socialista alterou profundamente as estruturas de dominação imperialista observadas anteriormente. No entanto, a principal mudança ocorreu a partir do final da década de 1970, quando a China retorna ao mercado internacional por meio da sua reabertura econômica com

o objetivo de se desenvolver economicamente. Desde então, o país ganha protagonismo na economia mundial e cresce para se tornar uma das grandes potências econômicas em um mundo multipolarizado.

2.2.1. A China Antiga e o Império do Meio

Segundo Kissinger (2011, p. 23-25), a civilização chinesa é marcada por uma formação histórica muito distinta da que é observada em outras partes do mundo. A China associa a sua fundação a uma lenda e a um herói fundador que surgiu para reestabelecer a ordem da civilização como um império. Sendo assim, a ideia de uma civilização chinesa é maior do que a ideia desta como um país e a sua origem é atemporal. Observa-se que a fragmentação do país e a sua posterior reunificação são acontecimentos frequentes durante todo o decorrer da sua história, reforçando a ideia que a China é mais do que um Estado nacional e sim uma grande civilização atemporal. As relações, sejam elas diplomáticas ou econômicas, entre a China e outras civilizações ocorreram de forma muito limitada. Na Ásia, os chineses passaram a se relacionar principalmente com os povos que formaram posteriormente a Índia e o Japão. A primeira grande forma de integração entre o mundo ocidental e a China foi por meio da Rota da Seda, onde se comercializavam produtos valorizados na Europa. Além disso, apesar de deter de um alto nível de desenvolvimento naval, a civilização chinesa não buscou expandir os seus domínios da mesma forma que se observou na era das grandes navegações europeias. (KISSINGER, 2011, p. 25-27)

Quanto à economia chinesa, Smith (1996, p. 219) afirma o seguinte: “A China é um país muito mais rico do que qualquer região da Europa”. Afirmando isso em momentos anteriores ao avanço da produção industrial na Inglaterra, Smith confirma a grandiosidade da economia chinesa apresentada por Kissinger (2011, p. 29), onde 30% do PIB mundial de 1820 era proveniente da civilização chinesa apesar da revolução industrial já estar se direcionando para o segundo estágio no mundo ocidental. Além disso, Arrighi (2008, p. 47) afirma que o impacto do avanço populacional chinês e a melhoria na qualidade de vida da população no início do século XIX foi muito mais impactante para a economia mundial do que a revolução industrial. Arrighi e Silver (2001, p. 230) apontam que existe uma “supereconomia” no continente asiático marcada pela sua grandiosidade, fragilidade e intermitência.

Aproximando-se do final do século XVIII, a predominância chinesa no continente asiático representou um momento de grandiosidade na sua história. No entanto, o sucesso chinês também representou o início da disputa pelo controle comercial da Ásia, uma vez que a prosperidade atraiu o interesse dos países da Europa e impulsionou as tentativas de integrar a China ao comércio mundial. Neste momento, o avanço da revolução industrial e o enriquecimento dos países ocidentais permitiu que estes desafiassem pela primeira vez a hegemonia chinesa no continente asiático frente aos descontentamentos com as crescentes taxas a serem pagas para a monarquia chinesa. (KISSINGER, 2011, p. 49-51) A presença britânica no continente asiático se intensificou a partir deste mesmo século com o estabelecimento de portos e a bem-sucedida conquista do território indiano. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 232-233)

O descontentamento com as regulamentações chinesas ao comércio com os estrangeiros incentivou o envio da primeira missão diplomática britânica para a China entre 1793 e 1794 com o objetivo de estabelecer embaixadas em cada uma das capitais e ampliar o acesso britânico a outros portos do litoral chinês. A missão diplomática britânica buscou negociar com os chineses de forma incomparável aos tratamentos britânicos com outros países ocidentais, considerando a monarquia chinesa como uma de mesmo nível que a monarquia britânica. (KISSINGER, 2011, p. 51-53) Apesar disso, o imperador chinês recusou todas as solicitações feitas pela missão diplomática. No entanto, o imperador permitiu que os comerciantes ingleses usufruíssem de liberdade para negociar no Cantão durante um ano. Posteriormente, uma nova tentativa de negociar o comércio entre os dois países foi feita em 1816, mas foi dispensada pelo imperador após os representantes se recusarem a seguir as tradições cerimoniais chinesas. (KISSINGER, 2011, p. 57-59) A última tentativa pacífica de integrar a China ao comércio internacional ocorreu em 1834 e tinha os mesmos objetivos da missão diplomática anterior, mas desta vez buscavam também um acordo de livre comércio com o Japão. A missão também resultou em um fracasso, mas possibilitou a verificação da existência das ilhas de Hong Kong no litoral chinês e a constatação que poderiam ser um excelente porto natural. (KISSINGER, 2011, p. 59-60)

A tolerância dos países ocidentais com a cultura chinesa e a sua forma de diplomacia atingiu o seu limite quando o consumo de ópio chegava ao seu ápice. O maior fornecedor de ópio para o comércio mundial era o domínio britânico da Índia e o consumo de ópio crescia

consideravelmente na China ainda que proibido. (KISSINGER, 2011, p. 60-61) Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 238), a importação de ópio para a China era uma das únicas formas dos países ocidentais ingressarem na economia chinesa. Dessa forma, o governo britânico incentivou este comércio por meio de contrabandos, inclusive com a participação de funcionários públicos chineses. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 239-241) Considerando a proibição do ópio no país, o governo chinês obrigou todos os comerciantes estrangeiros a entregarem o seu estoque para serem destruídos. No entanto, o fracasso da proibição levou à prisão de todos os estrangeiros independente da sua culpabilidade e exigiu a entrega de todo o contrabando para a libertação dos mesmos. O governo chinês enviou um ultimato ordenando a interrupção de toda a produção de ópio na Índia, e caso não a ordem não fosse obedecida, a China interromperia o fornecimento de produtos para o mercado britânico. (KISSINGER, 2011, p. 61-62)

Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 242), a afronta chinesa ao poderio britânico colocou em evidência duas visões diferentes do direito internacional, sendo a visão chinesa a de aplicar as suas leis internamente e exigir o cumprimento das mesmas, enquanto a visão britânica buscava aplicar a sua vontade por meio do poderio militar em qualquer lugar que desafiasse os seus interesses. Kissinger (2011, p. 63) aponta que o governo britânico exigiu a concessão de ilhas no litoral chinês para o estabelecimento de um entreposto comercial como forma de reparações devido aos atos do governo chinês contra os cidadãos britânicos. A insatisfação com a resposta chinesa ocasionou no envio de uma frota de navios de guerra britânicos para bloquear os principais portos chineses e ocupar uma parte do seu território como parte das reparações exigidas pela coroa britânica. Dessa forma, iniciou-se a Primeira Guerra do Ópio.

Em um primeiro momento, o governo chinês acreditou que sairia vitorioso devido à distância entre os dois países e que a sua superioridade cultural poderia conter o avanço britânico no território chinês. No entanto, a superioridade bélica e naval britânica prevaleceu frente às forças militares chinesas, consideradas altamente defasadas. A aproximação da frota britânica a região ao norte do país, onde se localiza Pequim, fez com que o vice-rei da região tentasse distrair a frota naval britânica justificando que ocorreu um mal-entendido. Isso resultou em um recuo da frota britânica para as regiões mais ao sul da China. A incapacidade de encontrar uma solução ao conflito fez com que a frota naval britânica realizasse o bloqueio

de mais portos chineses, assim como os principais rios do país e que estivesse preparada para atacar a capital do país e humilhar a China. A partir deste momento, a China entende que a sua posição militar não estava em vantagem em relação aos britânicos e solicita que voltem a negociar um acordo de paz. (KISSINGER, 2011, p. 63-66)

Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 242), o Tratado de Nanquim de 1842 foi considerado como um divisor de águas nas relações diplomáticas entre o ocidente e o oriente. Este tratado concedia o território de Hong Kong para o Reino Unido, assim como uma indenização, anistia para os chineses que participavam dos contrabandos e a presença de uma frota naval britânica em Nanquim para garantir que o tratado fosse respeitado. Além disso, Kissinger (2011, p. 66-68) aponta que o tratado também estabelecia a abertura de mais cinco portos no litoral chinês e tratamento especial para os cidadãos e comerciantes britânicos, sendo estes regulados pelas leis britânicas nos portos e territórios abertos aos estrangeiros. O governo chinês aceitou o tratado por acreditar que conseguiria controlar o poderio militar britânico através de uma técnica tradicional de sobrevivência às invasões estrangeiras por meio da postergação e concessão de favores. Arrighi e Silver (2001, p. 244) apontam que a incapacidade dos chineses de resistirem às exigências ocidentais permitiu que outros países ocidentais recebessem o mesmo tratamento que o Reino Unido por meio de uma cláusula de nação mais favorecida. Dessa forma, as vantagens concedidas a um país deveriam ser concedidas a todos os outros, e assim, a monarquia chinesa perdia cada vez mais a sua autonomia.

2.2.2. O Século de Humilhação e o Ressurgimento Chinês

Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 244), o Tratado de Nanquim acelerou o processo de declínio da monarquia chinesa, enquanto os países fronteiriços passaram a se fortalecer cada vez mais. Kissinger (2011, p. 71-72) aponta que apesar dos países ocidentais e da Rússia serem expansionistas, os mesmos não tinham como objetivo a destruição da monarquia chinesa, diferentemente da posição japonesa, que buscava substituir a China como a grande potência do continente asiático. Além disso, os países fronteiriços passaram a expandir as suas fronteiras por meio de invasões ao território chinês. Buscando defender o país dos interesses estrangeiros, Kissinger (2011, p. 73) afirma que os chineses passaram a tentar colocar os interesses de um país contra o de outro para limitar as ambições estrangeiras.

Durante a década de 1850, o governo chinês passou a confrontar os termos do Tratado de Nanquim, em especial as partes em relação a presença de estrangeiros no país e sobre os impostos sobre o comércio internacional. O descontentamento britânico com os posicionamentos chineses resultou em uma nova invasão ao país asiático, iniciando-se assim a Segunda Guerra do Ópio. A desestabilização do Estado chinês possibilitou a imposição de ainda mais restrições ao governo chinês do que foi observado no Tratado de Nanquim. A assinatura do Tratado de Tianjin e a Convenção de Pequim ampliaram a quantidade de portos no litoral chinês, limitaram as tarifas alfandegárias, estabeleceram a supervisão da alfândega chinesa por um representante britânico, impuseram uma nova indenização, concederam imunidade em relação às leis chinesas e liberdade de movimento por todo o país para estrangeiros e legalizaram o comércio de ópio. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 244-245) A aceitação destes termos foi impulsionada pela impotência do governo chinês de resistir à invasão devido às rebeliões e revoltas que estavam ocorrendo no país durante este mesmo momento. Considera-se que a maior destas rebeliões e revoltas foi a Rebelião Taiping, impulsionada por uma seita cristã no sul da China, resultando em uma grande quantidade de mortes na luta pelo controle do território chinês. (KISSINGER, 2011, p. 77-78) Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 245), estas rebeliões e revoltas foram contidas com a ajuda dos britânicos após a assinatura dos tratados apresentados anteriormente.

Apesar de todas as limitações impostas aos chineses, os produtos industriais europeus não conseguiram competir com a produção local china, em especial a produção têxtil. As empresas estrangeiras sofreram prejuízos e foram limitadas a atuar no comércio de exportação devido à viabilidade econômica. A necessidade de intermediários para possibilitar as negociações entre os chineses e os estrangeiros possibilitou que estes intermediários aprendessem as técnicas de comerciais ocidentais e enriquecessem as utilizando. Dessa forma, as redes comerciais e as comunidades chinesas estabelecidas no litoral passaram a ganhar uma notável importância com o declínio da capacidade do Estado chinês de controlar a economia interna. Além disso, o envio de trabalhadores chineses para o exterior por meio do tráfico de cules intensificou o processo de concentração de riqueza na mão dos chineses. Estimam-se que dois milhões de chineses deixaram o país para trabalhar neste regime de trabalho, sendo que aproximadamente 66% destes foram para o Sudeste Asiático. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 258-260)

Aproximando-se do final do século XIX, o Estado chinês estava se tornando cada vez mais frágil devido aos acordos firmados com os países ocidentais, às rebeliões e revoltas internas e às guerras em que o país se envolveu. Além dos problemas internos, a sua influência no continente asiático estava cada vez mais limitada em decorrência do avanço da industrialização japonesa. (ARRIGHI, 2008, p. 348-349) A permanência da instabilidade econômica, política e social culminou na queda da monarquia chinesa em 1912, instaurando-se em seu lugar um governo republicano. Em meio à instabilidade do país e a falta de um governo centralizador, diversos movimentos e partidos passaram a tentar controlar o território chinês em substituição ao antigo governo imperial. Dentre eles, destacam-se dois partidos, o Partido Nacionalista, conhecido como Kuomintang, e o Partido Comunista da China (PCC). Em um primeiro momento, o Kuomintang buscou controlar todo o território chinês sob a liderança de Chiang Kai-shek. (KISSINGER, 2011, p. 98-99) Segundo Spence (1995, p. 303), deve-se ressaltar ainda que o PCC apresentou simpatia em relação à União Soviética devido à renúncia de todos os tratados entre os dois países. Neste momento, Mao Zedong e outros estudantes chineses buscavam encontrar formas de impulsionar o bolchevismo e o marxismo na China, uma vez que estes previam a participação do proletariado industrial e o país asiático não detinha de uma grande participação da indústria na sua sociedade. Ainda segundo Spence (1995, p. 320), observa-se que ocorreu um princípio de desenvolvimento industrial no começo do século XX por meio de investimentos estrangeiros nas indústrias de cigarros e de produtos têxteis.

A invasão japonesa da China durante a década de 1930 fez com que os dois grandes partidos chineses deixassem de lado as suas disputas para lutar contra o inimigo estrangeiro. No entanto, a rendição incondicional do Japão e o fim da Segunda Guerra Mundial trouxeram de volta a disputa pelo controle político e territorial do país. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 269) Apesar dos países estrangeiros reconhecerem Chiang Kai-shek como o líder chinês, países como a União Soviética estavam dispostos a fornecer suprimentos para as forças do PCC tentarem estabelecer um regime socialista. Além disso, as negociações entre os dois partidos para encontrar uma solução pacífica para o conflito falharam e resultaram na alteração das estratégias destes pelo controle do país. Enquanto os comunistas tentavam controlar os campos chineses, os nacionalistas buscaram controlar as grandes cidades do país. (KISSINGER, 2011, p. 100-101)

Segundo Arrighi (2008, p. 354), apesar do apoio da diáspora chinesa ao governo liderado pelo Kuomintang, o caos político na China continental permitiu que o PCC derrotasse o Kuomintang por meio de uma estratégia de lutar pelo controle das regiões rurais do país, colocando um fim ao conflito entre os dois partidos políticos chineses em 1949, quando foi proclamada a República Popular da China sob a liderança de Mao. Derrotados, os nacionalistas transferiram o governo da República da China para Taipei sob a liderança de Chiang Kai-shek, permanecendo como a representação chinesa na Organização das Nações Unidas (ONU). (KISSINGER, 2011, p. 101) Além disso, a vitória comunista na China continental impulsionou uma nova diáspora chinesa para os Estados Unidos, Hong Kong e Taiwan. (ARRIGHI, 2008, p. 354)

Após a inédita vitória de uma revolução comunista impulsionada pela luta rural, Mao ascendeu como a liderança da China continental. O estabelecimento de um novo governo no país enfrentou dois principais desafios, sendo eles o combate à crise de instabilidade institucional e à crise econômica. Segundo Kissinger (2011, p. 105-106), o novo líder da China comunista considerava que a crise institucional do país poderia ser resolvida por meio do rejuvenescimento da cultura do país. Dessa forma, Mao integrou os pensamentos marxistas à cultura confucionista como uma forma e harmonizar a sociedade chinesa e atingir os objetivos desejados, criando assim uma nova “dinastia” centralizada na imagem de si próprio e o PCC. Quanto à crise econômica, Spence (1995, p. 490) aponta que a prioridade do governo comunista foi controlar a taxa de inflação, aumentar a produção agrícola, criar indústrias pesadas e manter a estabilidade institucional do país.

A primeira década da República Popular da China foi marcada por grandes transformações econômicas. Em um primeiro momento, realiza-se uma ampla reforma agrária que possibilitou que populações marginalizadas ou com poucos direitos tivessem acesso a terras no interior do país. Apesar disso, este foi um processo extremamente violento e que colocou em conflito direto a antiga elite rural e os trabalhadores sem terra, estimando-se aproximadamente um milhão de mortes. Nos centros urbanos chineses, o governo buscou reduzir os riscos de confrontos sociais por meio da manutenção dos funcionários nos seus postos de trabalho e pela reabertura das indústrias fechadas durante a Segunda Guerra Mundial. Esta medida, conjuntamente com a criação de sindicatos e pela participação obrigatória em grupos de estudo sobre as reformas comunistas, permitiu que não houvesse

uma continuidade na instabilidade institucional da sociedade chinesa. (SPENCE, 1995, p. 490-492) Neste mesmo momento, o PCC também incentivou grandes campanhas de trabalhadores contra práticas que lesavam o Estado chinês, como a corrupção e a evasão de impostos. Posteriormente, estas campanhas foram ampliadas com o objetivo de expurgar a burguesia chinesa remanescente. (SPENCE, 1995, p. 509-509)

Kissinger (2011, p. 188-189) aponta que Mao buscou desenvolver a produção agrária e industrial do país por meio de um plano econômico denominado O Grande Salto Adiante. Inicialmente planejado para ser executado em quinze anos, o líder chinês reduziu este prazo para três anos com o objetivo de apresentar este como uma forma de desenvolvimento comunista mais eficaz do que a observada na União Soviética. Spence (1995, p. 543-547) aponta que Mao considerava que uma das principais formas de aumentar a produtividade rural seria de forma espontânea através de incentivos morais. Além disso, o plano econômico também transferiu indústrias para o interior do país com o objetivo de aumentar a produção durante as estações do ano que não ocorriam safras e para especializar a mão de obra. O resultado positivo da produção agrícola no modelo experimental das comunas populares impulsionou a expansão desta forma de produção coletivizada para todo o país. No entanto, observou-se que o medo de represálias pelo governo chinês em caso do não cumprimento das metas estipuladas fez com que os responsáveis pela aferição da produção fraudassem os resultados. Kissinger (2011, p. 189) aponta que apesar da reorganização de toda a economia chinesa para alcançar estes objetivos, o plano fracassou e gerou uma das piores fomes da história da humanidade, estimando-se mais de vinte milhões de mortes.

Segundo Spence (1995, p. 557-559), o fracasso do plano econômico resultou em um retorno às políticas econômicas adotadas anteriormente, em especial no interior do país, onde os camponeses receberam de volta a propriedade das suas terras e a capacidade de definir as suas próprias metas de produção. Durante este período, observou-se também o aumento da corrupção no país dentre os líderes políticos que ascenderam após a reforma agrária. Ainda segundo Spence (1995, p. 568-569), a insatisfação dos jovens com as decisões que estavam sendo tomadas ao mesmo tempo que Mao estava insatisfeito com os burocratas partidários pois acreditava que estavam atrasando o desenvolvimento do país fez com que o líder chinês anunciasse a Grande Revolução Cultural Proletária. Segundo Kissinger (2011, p. 196-200), o objetivo era rejuvenescer a cultura chinesa por meio da formação de uma nova juventude de

estudantes que defenderiam os valores comunistas e a continuidade da revolução chinesa. O rompimento da juventude com os antigos valores da sociedade chinesa resultou na perseguição e expurgo de milhares de pessoas, inclusive de membros do próprio PCC. O avanço da onda de violência ocasionada só foi possível de ser controlada quando Mao recorreu às forças armadas. A percepção posterior deste processo foi a constatação de um desastre que por pouco não acabou com o próprio governo comunista chinês.

Desde a fundação do governo comunista chinês em 1949, a política externa chinesa mudou profundamente. A participação dos países ocidentais na economia chinesa deu lugar ao apoio econômico e estratégico soviético. Além disso, o apoio soviético para a criação e desenvolvimento das forças armadas chinesas foi essencial para garantir a legitimidade do novo governo comunista frente ao apoio americano à República da China em Taiwan. Apesar das divergências entre os pensamentos de Mao e Josef Stalin, os países mantiveram relações diplomáticas relativamente estáveis. No entanto, a morte de Stalin e a ascensão de Nikita Khrushchev alteraram profundamente as relações entre os dois países devido aos posicionamentos mais pacifistas do governo soviético. A União Soviética retirou a oferta de cooperação para o desenvolvimento de uma bomba nuclear chinesa e mostrou insatisfação quanto às disputas territoriais do país e a tentativa chinesa de substituir o protagonismo soviético nos países socialistas europeus. (SPENCE, 1995, p. 550-555) A indiferença chinesa em relação a ameaça de uma guerra nuclear também incomodava o governo soviético, onde o mesmo se posicionava de forma independente às duas superpotências e que caso esta ocorresse, a China ainda sobreviveria. Sendo assim, a visão contrastante entre o posicionamento dos dois países como lideranças socialistas e as desconfianças mútuas levaram a estagnação das suas relações diplomáticas a partir da década de 1960. (KISSINGER, 2011, p. 112-113 e p. 170-171)

O afastamento chinês em relação à União Soviética permitiu que ocorresse uma aproximação com os Estados Unidos a partir da metade da década de 1960. Richard Nixon tinha como posição integrar a China continental à ONU, uma vez que esta movimentava as relações diplomáticas do mundo e abrigava mais de um bilhão de pessoas. (KISSINGER, 2011, p. 206-207) A posição do governo chinês era de garantir a estabilidade do país em caso de um conflito sino-soviético, especialmente em um momento em que os conflitos fronteiriços entre os dois países atingiam o seu ápice. (KISSINGER, 2011, p. 218-221) A

iminência de um conflito entre a China e a União Soviética, ao mesmo tempo em que a China e os Estados Unidos concordavam em tratar a questão do controle territorial de Taiwan por meio de outras formas resultou em um novo impulso na aproximação entre os dois países. (SPENCE, 1995, p. 588-589) Além disso, o Comunicado de Xangai garantiu uma extensa parceria estratégica para conter o avanço das hegemonias das superpotências nos países da Ásia e que circundam o oceano Pacífico. (KISSINGER, 2011, p. 272-274) Apesar do sucesso da aproximação do país com os Estados Unidos, a decisão não era unânime no governo chinês, muitos acreditavam que a insatisfação das forças armadas dos países capitalistas e as greves estudantis que estavam a ocorrer na Europa poderiam mudar o ponto de equilíbrio da guerra fria para a União Soviética, e por isso, a China deveria se reaproximar da superpotência socialista. (KISSINGER, 2011, p. 211) Sendo assim, a República Popular da China substituiu a República da China na ONU em outubro de 1971. (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1971)

Superada a questão do ingresso da China continental na ONU e o reconhecimento do país pelos Estados Unidos, as relações entre os dois países entraram em um período de estagnação. Enquanto o escândalo do Watergate causava instabilidades internas nos Estados Unidos, uma crise de sucessão na liderança chinesa criava instabilidades internas na China em decorrência da piora da saúde de Mao. Seguindo a mesma forma de atuação da sua política externa, onde buscava jogar os interesses externos de um país contra os de outro, Mao incentivou debates dentro do PCC. O seu objetivo era de criar discordâncias internas nas lideranças formadas para que não ocorresse a ascensão de um líder que rivalizasse a sua própria imagem como fundador da República Popular da China. Dessa forma, formaram-se dois grupos. O primeiro grupo foi caracterizado pela presença da esposa de Mao e de outros líderes revolucionários radicais, defendendo uma forma de se desenvolver internamente sem a participação estrangeira, sendo este grupo conhecido como a Gangue dos Quatro. O segundo grupo foi caracterizado pela defesa do revisionismo das ideias de Mao e de que o país seguisse pelas direções que fossem mais vantajosas, estando este grupo sob a liderança de Deng Xiaoping. (KISSINGER, 2011, p. 291-294) A prisão da Gangue dos Quatro devido a conspirações contra a sucessão do governo chinês permitiu que o grupo de Deng se consolidasse como a liderança do país a partir da metade da década de 1970. (SPENCE, 1995, p. 608-610)

2.2.3. A Reabertura Econômica Chinesa

A ascensão de Deng representou uma profunda mudança nas estruturas econômicas do país por meio do socialismo com características chinesas, onde estas características chinesas seriam qualquer característica que pudesse levar a China à prosperidade. (KISSINGER, 2011, p. 315 e p. 388) O novo líder da China continental reconhecia as deficiências do país e apontava que o desenvolvimento da economia nacional devia ser feito por meio da priorização da pesquisa científica e tecnológica, com a profissionalização da força de trabalho chinesa, o encorajamento dos talentos e das iniciativas individuais. Além disso, Deng rejeitava as políticas soviéticas de desenvolvimento fundamentadas nas indústrias pesadas, defendendo a participação da população na economia por meio do desenvolvimento das indústrias de bens de consumo. (KISSINGER, 2011, p. 316-323) Dessa forma, as primeiras medidas foram relacionadas a reintegração dos políticos expulsos pela Revolução Cultural e a fomento à especialização da mão de obra em setores econômicos de alta tecnologia. Além disso, estudantes chineses foram enviados para os Estados Unidos. (SPENCE, 1995, p. 611-613) Apesar das reformas de reabertura econômica, Deng buscava deixar claro que o seu objetivo não era realizar uma transição para uma democracia liberal, mas sim garantir a existência de uma democracia socialista. (KISSINGER, 2011, p. 329-330)

Segundo Spence (1995, p. 625-628), Deng buscou inspiração na experiência taiwanesa das Zonas de Processamento de Exportação para impulsionar os investimentos estrangeiros na China e o seu desenvolvimento nacional. Sendo assim, o líder chinês sugeriu ao Comitê Central do PCC a criação de quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) no litoral do país, onde os investidores estrangeiros teriam acesso à mão de obra barata e treinada ao mesmo tempo que receberiam incentivos fiscais. Concomitantemente com o processo de reabertura econômica da China por meio das ZEEs, Arrighi (2008, p. 350-352) aponta que os capitalistas japoneses passaram a realizar investimentos na China continental por meio do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas com a ajuda dos chineses que faziam parte da diáspora capitalista chinesa. Arrighi (1997, p. 126) define que estes capitalistas chineses receberam acordos comerciais lucrativos e tratamentos especiais em relação ao governo chinês devido à sua proximidade cultural com o país, superando facilmente as confusas burocracias. Sendo assim, Spence (1995, p. 628-629) aponta que as ZEEs foram bem-sucedidas, mas o governo chinês precisou investir muito mais do que era esperado

inicialmente e o país passou a enfrentar novos problemas sociais em decorrência da integração parcial com o capitalismo. (SPENCE, 1995, p. 628-629) Ainda que os gastos tivessem sido maiores do que era esperado, Arrighi (2008, p. 361-362) aponta que o maior benefício da reforma não foi a entrada de empresas estrangeiras no país, mas sim a exposição das empresas estatais a uma concorrência controlada pelos interesses do governo chinês. Além disso, a reabertura da economia do país possibilitou que o país ingressasse no FMI e no Banco Mundial em 1980. (KISSINGER, 2011, p. 389)

Além da questão do desenvolvimento através da industrialização do país, o governo chinês precisou enfrentar o problema da estagnação da produção agrária do país, observando-se que esta permanecia com os mesmos níveis de produção desde a revolução comunista. (KISSINGER, 2011, p. 384-385) Sendo assim, o governo chinês aumentou os valores pagos pela produção agrária e reduziu os custos dos insumos necessários. (SPENCE, 1995, p. 614) Kissinger (2011, p. 389) aponta que as comunas agrícolas foram abandonadas em prol das fazendas familiares. Dessa forma, o Estado chinês passou a utilizar um sistema de gerenciamento privado das propriedades, onde a propriedade do empreendimento seria estatal, mas a sua administração e gerenciamento seriam feitos pela iniciativa privada. As reformas na produção agrícola resultaram no aumento da renda da população rural chinesa, alcançando em 1984 o dobro do valor de 1978. Além disso, Spence (1995, p. 657) aponta que ainda ocorreu uma grande reforma no sistema judiciário chinês, onde o país passou a contar com um código civil e leis sobre o matrimônio, os contratos econômicos, as marcas registradas, as patentes e as heranças. Apesar dos avanços na reabertura econômica do país, Spence (1995, p. 689-690) ressalta que repressões às ideias contrárias às do PCC ainda ocorriam e atingiram um ponto máximo de tensão quando estudantes protestavam na Praça da Paz Celestial em junho de 1989 e estes foram reprimidos pelas forças armadas chinesas.

O fim da liderança de Deng foi marcado principalmente pela ocorrência de dois acontecimentos no país, sendo eles os protestos na Praça da Paz Celestial em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991. O momento de instabilidade política fez com que o PCC reduzisse os seus posicionamentos de apoio à reforma da economia chinesa e se voltasse mais uma vez ao planejamento econômico socialista. No entanto, Deng conseguiu institucionalizar as suas reformas econômicas por meio do Congresso Nacional do PCC em 1992, tornando a China uma economia de mercado socialista. (JABBOUR; GABRIELE, 2021) A defesa da

retomada das reformas de reabertura da economia chinesa foi impulsionada pela viagem de Deng pelo sul do país no mesmo ano, onde este buscou apresentar o sucesso do socialismo com características chinesas por meio de visitas à escolas, fábricas de alta tecnologia e empresas-modelo. Neste mesmo momento, Deng construiu as bases para que uma nova liderança que garantisse a continuidade das suas políticas de desenvolvimento nacional. Sendo assim, um novo líder reformista passou a governar a China em 1997, Jiang Zemin. (KISSINGER, 2011, p. 425-430)

O restante da década de 1990 foi marcado por um processo de reforma das empresas estatais e a ampliação da necessidade de infraestrutura em todo o país. Sucintamente, o governo chinês passou a diminuir a sua participação na gestão das empresas estatais e nas suas decisões relacionadas a inovação, buscando concentrar a sua atuação às grandes empresas de forma corporativa ao invés de gerenciar muitas empresas estatais pequenas com o objetivo de garantir que as mesmas conseguiriam se manter lucrativas em uma situação de concorrência sem a proteção estatal. (JABBOUR; GABRIELE, 2021) Kissinger (2011, p. 460-461) aponta que a adoção de amplas reformas para controlar o capital e garantir a austeridade fiscal do país permitiram que o mesmo conseguisse superar a crise econômica asiática. Jabbour e Gabriele (2021) apontam que o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste também auxiliou o país a superar esta crise econômica por meio da transferência territorial de renda. Além disso, o país passou a desvalorizar a sua taxa de câmbio para impulsionar a sua capacidade de desenvolvimento. Sendo assim, observa-se que o país asiático passou a investir na sua capacidade exportadora e de suprimento da demanda do mercado interno por meio de investimentos. Segundo Arrighi (2008, p. 29-30), os resultados das políticas de reabertura econômica foram inesperados pelos economistas ocidentais e colocaram em xeque o funcionamento das políticas do Consenso de Washington. Sendo assim, a importância que a China assumira levou o país a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a sediar os jogos olímpicos de 2008 em Pequim. Neste mesmo momento, os territórios de Hong Kong e Macau são devolvidos ao governo chinês. (KISSINGER, 2011, p. 453)

Segundo Kissinger (2011, p. 478-480), a década de 2000 representou para a China um momento único para impulsionar o desenvolvimento do país devido às convergências entre as tendências econômicas internas e externas. A rápida ascensão chinesa levou a

apreensão nos países ocidentais quanto a como esta ascensão seria feita, em decorrência disso, a China assumiu o compromisso de realizar uma ascensão pacífica, diferente do que foi observado em outros momentos históricos por outros países. Dessa forma, a defesa de uma ascensão pacífica se estabelecia na diminuição da participação americana na política externa mundial e a formação de um mundo multipolar. Jabbour e Gabriele (2021) também apontam que esta década foi marcada por grandes investimentos em infraestrutura, e em especial, na construção de milhares de quilômetros de trens de alta velocidade por todo o país. Dessa forma, considera-se que estes investimentos fazem parte de uma grande estratégia chinesa de se desenvolver com base na inovação e tecnologias de última geração. Buscando coordenar o desenvolvimento do país, o governo chinês criou a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado em 2003.

Considerando o futuro da economia chinesa a partir da década de 2010, observam-se duas iniciativas centrais para a manutenção da inovação e da independência tecnológica, sendo elas a Nova Rota da Seda e o plano de desenvolvimento industrial Made in China 2025. (JABBOUR; GABRIELE, 2021) Segundo Barcellos e Mèrcher (2020, p. 378-379), a Nova Rota da Seda tem como objetivo firmar parcerias para ampliar a integração logística entre a África, a Ásia e a Europa com a China. Sucintamente, o objetivo chinês é de investir em duas rotas comerciais, sendo uma por meios marítimos e outra por meios terrestres. Deve-se ressaltar que apesar do foco destes investimentos serem nos continentes citados anteriormente, a Nova Rota da Seda está aberta à adesão de outros países, como os do continente americano. Carletti *et al.* (2019, p. 224) aponta que esta iniciativa chinesa é pacífica, mas apresenta o avanço da influência mundial chinesa por meio do desenvolvimento econômico. Considerando o plano de desenvolvimento industrial Made in China 2025, Pautasso (2019, p. 194) aponta que o objetivo chinês é de aumentar a participação de componentes nacionais nos produtos fabricados no país por meio de transferências tecnológicas, aquisição de empresas estrangeiras e a realização de engenharia reversa.

2.3. As Relações Sino-Brasileiras

Segundo Oliveira (2004), durante a maior parte do século XIX não existiam relações diplomáticas ou econômicas entre o Brasil e a China. A primeira missão diplomática brasileira para o país asiático ocorreu em 1879, quando o país buscava substituir a mão de obra escrava

por imigrantes. No entanto, esta missão diplomática fracassou pela recusa dos chineses aceitarem a proposta brasileira devido às más experiências prévias com o mesmo tipo de acordo com outros países. Ainda que o acordo de imigração tenha sido recusado, os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, onde o Brasil foi favorecido por meio de uma cláusula de nação mais favorecida, e se estabeleceu um consulado brasileiro em Xangai em 1883. Apesar da ausência de apoio estatal para a realização da imigração chinesa para o Brasil, três mil chineses emigraram para o país com o objetivo de trabalhar na produção agrícola e no cultivo de chá.

Ainda segundo Oliveira (2004), a desestabilização do Estado chinês após o estabelecimento da representação brasileira em Xangai impediu o avanço de novos acordos entre os dois países. Este comportamento se manteve até meados do século XX, quando a vitória do Partido Comunista da China sob o controle da região continental chinesa em 1949 representou uma ruptura entre as relações brasileiras com a China continental, com o Brasil reconhecendo o governo da República da China em Taiwan. Sendo assim, o Brasil fechou o seu consulado em Xangai em 1952 e estabeleceu uma embaixada em Taipei no mesmo ano. O rompimento das relações diplomáticas entre os dois países reduziu ainda mais as já estagnadas relações diplomáticas, limitando-se a defesa de uma política externa independente e com foco na cooperação com os países não-alinhados, em especial com os pertencentes ao sul global.

Apesar do governo brasileiro não reconhecer o governo comunista chinês, a visita do então vice-presidente Goulart à China continental em 1961 influenciou profundamente os acontecimentos políticos que decorreram da sua ascensão à Presidência da República. Conforme apresentado anteriormente, a reaproximação do Brasil com os países socialistas e não-alinhados gerou um grande descontentamento na sociedade brasileira e contrariava os interesses americanos na América Latina. Segundo Becard (2011), a aproximação com o governo brasileiro também era um interesse da China devido às dificuldades em realizar cooperações com o governo soviético. O país asiático buscava expandir a sua influência política e a aceitação do seu regime pela cooperação com os países de fora do bloco soviético. Esta aproximação, no entanto, foi durante um curto período de tempo devido ao golpe militar de 1964 e o rompimento das relações diplomáticas com os países socialistas.

Apesar do Brasil permanecer como uma ditadura militar ainda durante o início da década de 1970, uma nova reaproximação passa a ocorrer com a mudança do posicionamento

chinês em relação ao apoio a grupos revolucionários na América Latina. Conforme apresentado anteriormente, a China passou a adotar a partir da década de 1970 uma política de reabertura para a economia mundial, não estando necessariamente alinhados à ideologia socialista ou às ideias de Mao. Apesar disso e da substituição da representação chinesa na ONU pela República Popular da China em 1971, o Brasil permaneceu reconhecendo a República da China até agosto de 1974 devido aos seus posicionamentos anticomunistas. A reaproximação entre os dois países permitiu que ocorresse a assinatura do primeiro acordo comercial em 1978 com o objetivo de incentivar as exportações de produtos primários brasileiros para a China e a exportação de produtos farmacêuticos e químicos pela China. Além disso, o Brasil também passou a exportar produtos siderúrgicos, enquanto a China se tornou um grande fornecedor de petróleo para o Brasil. Durante a década de 1980 as relações entre os dois países se expandiram por meio de diversos acordos bilaterais com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento científico, econômico e tecnológico mútuo. Além disso, ocorreu o estabelecimento de uma cooperação para o desenvolvimento de missões espaciais para o lançamento de satélites. A redemocratização do Brasil e a adoção de uma política externa verdadeiramente independente ao mesmo tempo que ocorria a reabertura econômica chinesa possibilitou que as relações diplomáticas dentre estes países alcançassem patamares mais elevados. No entanto, a falta de infraestrutura e o desconhecimento quanto aos hábitos e realidades de cada um dos países ainda se mostravam como um limitador quanto ao comércio bilateral. (BECARD, 2011)

Collor assumiu a Presidência da República em meio ao Consenso de Washington e defendia um alinhamento às políticas econômicas dos países desenvolvidos. Sendo a China contrária a estes posicionamentos e isolada internacionalmente devido a repressão contra os protestos que ocorreram no país em 1989, os dois países se afastaram. Além disso, o avanço da crise inflacionária brasileira também limitou a capacidade de cooperação internacional do país. Dessa forma, o processo de impedimento de Collor e a ascensão de Itamar Franco como presidente ocasionaram em uma retomada das parcerias com a China. A agenda política entre os dois países passa então a ser pautada em especial pela cooperação para o desenvolvimento de satélites e a defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Além disso, houve incentivos pelo ingresso de empresas brasileiras no mercado chinês, em especial as construtoras devido à grande necessidade de infraestrutura no país. (BECARD, 2011)

Segundo Oliveira (2016), a China passou a considerar o Brasil como um parceiro estratégico pela primeira vez em 1993. Becard (2011) aponta que o governo de FHC manteve as mesmas políticas estratégicas apresentadas anteriormente.

A parceira estratégica entre o Brasil e a China atingiu novos níveis com a eleição de Lula para o cargo de Presidente da República. O alinhamento entre as suas políticas externas independentes, os seus objetivos de expandir a importância das suas economias frente ao comércio mundial e as suas posições como economias emergentes levaram a uma aproximação ainda maior. (BECARD, 2011) O governo brasileiro passa a reconhecer a China como uma economia de mercado em 2004, ainda que contra os posicionamentos de diversos setores da economia brasileira e da OMC. (OLIVEIRA, 2010) Além disso, o Brasil passa a receber investimentos chineses nos setores de motores, telecomunicações, siderurgia e mineração, enquanto o Brasil passa a investir nos setores chineses de alimentação, aviação, logística, mineração e petróleo. (CEBC, 2012) Os investimentos chineses no Brasil se intensificaram após a entrada do país asiático no Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo lançamento do PAC. (CEBC, 2021) Neste período também foram criadas instituições para aproximar as relações entre os dois países, destacando-se a criação da Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com o objetivo de fomentar as relações econômicas com a iniciativa privada, e a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível Concertação e Cooperação, com o objetivo de coordenar as relações governamentais estratégicas entre os dois países. (BERRINGER; BELASQUES, 2020) Ainda durante o governo de Lula, apresenta-se a Agenda China com o objetivo de iniciar uma coordenação da economia brasileira para triplicar as exportações para a China até 2010, focando na expansão das exportações com alto valor tecnológico agregado. Já se observa neste momento que o Brasil exporta predominantemente produtos agropecuários, enquanto importa da China produtos com alto valor agregado. (DUARTE, 2008) No final do mandato de Lula, estabeleceu-se também o Plano de Ação Conjunta com o objetivo de reduzir as assimetrias entre os dois países e orientar as suas relações bilaterais. (BERRINGER; BELASQUES, 2020)

Destaca-se também a cooperação entre os dois países em termos de pesquisas científicas e tecnológicas. O estabelecimento de uma parceria estratégica para a construção de satélites em 1988 pode ser considerado como pioneiro entre os países em desenvolvimento pela sua tentativa de contrabalançar a dependência científica em relação aos países centrais.

Além disso, a cooperação em pesquisas agropecuárias também possibilitou um grande avanço para a maximização da capacidade da produção rural dos dois países e no desenvolvimento de combustíveis alternativos aos derivados de petróleo. (BECARD, 2011) Esta parceria inicial pode ser considerada como pioneira quanto à cooperação entre os países em desenvolvimento, culminando posteriormente na formação do grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Este grupo é formado por países que estão em ascensão no comércio mundial em decorrência dos seus altos níveis de crescimento econômico durante a década de 2000 e pela sua cooperação em diversos setores estratégicos, como em pesquisas científicas. A crescente importância do BRICS para a economia mundial culminou na criação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014, sendo o seu objetivo o financiamento de projetos de desenvolvimento socioeconômico entre os seus membros e outros países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos de forma independente ao Banco Mundial e ao FMI. Apesar de ser liderado pelo BRICS, todos os países da ONU podem ser membros. (SCHREIBER, 2016)

Após o impedimento de Dilma Rousseff em 2016, passam a ocorrer mudanças na política externa brasileira. A posição estratégica da China para a economia brasileira permaneceu nos governos posteriores, mas agora se encontrava sem alinhamentos tão claros quanto os observados anteriormente. O governo de Temer manteve as posições introduzidas pelos governos anteriores, mas passou a adotar posicionamentos neoliberais em relação ao comércio com a China, intensificando a exportação de produtos agropecuários. Já durante o governo de Bolsonaro, e em especial durante a sua campanha eleitoral em 2018, a China era apontada como um dos adversários ideológicos do Brasil e que haveria uma interrupção das relações diplomáticas com tais países. Sucintamente, a política externa durante o governo de Bolsonaro buscou seguir um viés neoliberal, alinhado aos posicionamentos dos países ocidentais, mas não conseguiu romper com a dependência econômica em relação ao comércio com a China. (VIDIGAL, 2019) Pode-se considerar que em decorrência da adoção de uma política externa mais liberal, a China conseguiu conquistar ainda mais espaço no mercado brasileiro devido à substituição de bens produzidos nacionalmente por equivalentes chineses com custos de produção mais baixos. Dessa forma, apesar de adotar uma posição nacionalista, o governo de Bolsonaro aprofundou ainda mais a dependência econômica do Brasil em relação à China.

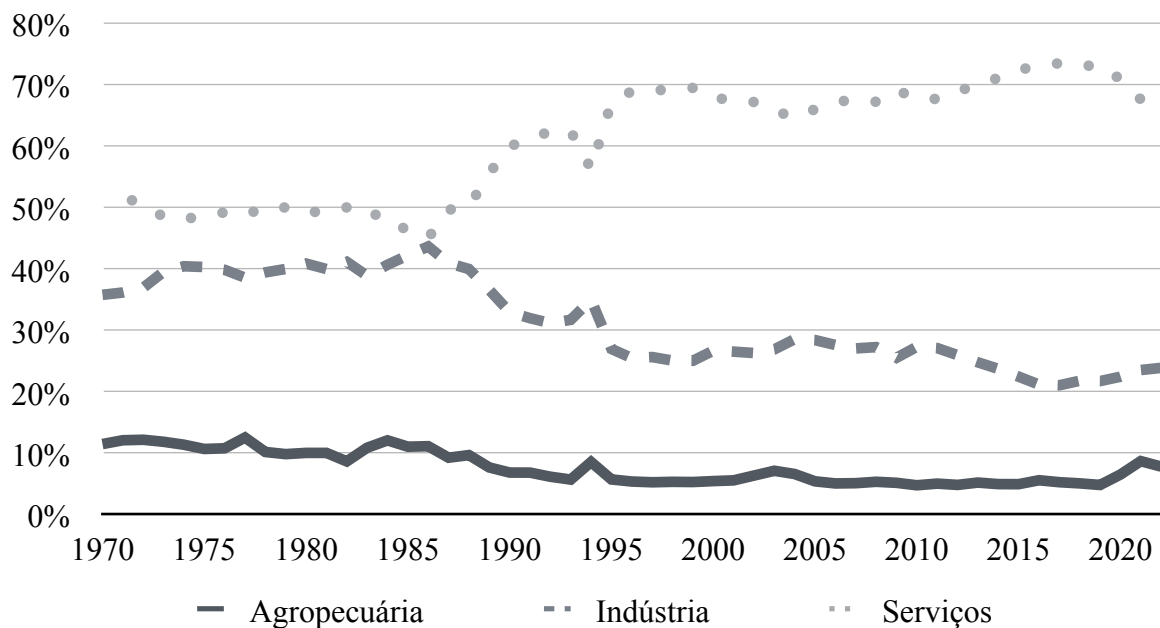
3. DIAGNOSTICANDO A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

O diagnóstico da dependência econômica entre os dois países deve considerar em especial o período posterior à reabertura econômica chinesa a partir do final da década de 1970. Deste momento em diante, os dois países passaram a adotar políticas econômicas bastante distintas e adotaram papéis consideravelmente diferentes na economia mundial. Dessa forma, analisa-se o planejamento e os resultados econômicos destes países a partir do momento da reabertura econômica da China.

3.1. A Desindustrialização Brasileira e a Ascensão Chinesa

Conforme apresentado anteriormente, o Brasil passou por profundas transformações econômicas a partir da década de 1930, passando por uma política de substituições de importações até fundamentar a sua economia em grandes planos econômicos por meio de financiamentos externos. O declínio dos grandes planos econômicos desenvolvimentistas passou a ocorrer devido às crises dos choques do preço do petróleo, quando os credores da dívida externa brasileira deixaram de investir em países em desenvolvimento para buscar proteção em seus próprios mercados em decorrência da incerteza do mercado internacional. Os altos gastos do governo e a incapacidade de equilibrar as contas públicas levaram a um processo de intenso aumento da taxa de inflação e o contingenciamento dos gastos com as empresas estatais e o desenvolvimento econômico. A persistência da crise inflacionária perdurou por mais de uma década, mas os principais efeitos das tentativas de se combater a alta taxa de inflação foram observados a partir do primeiro ano de governo de Collor, quando são adotados os princípios neoliberais do Consenso de Washington e é realizada uma abrupta abertura da economia brasileira ao mercado internacional. A indústria brasileira, até então protegida por meio de diversas políticas protecionistas, sofre um profundo choque e passa a perder participação na economia brasileira frente à disponibilidade de produtos estrangeiros. Dessa forma, o abandono dos projetos desenvolvimentistas e a adoção de políticas econômicas defendidas pelos países ocidentais com o objetivo de controlar a taxa de inflação levou à depressão da indústria brasileira. Observa-se na Figura 2 que após a indústria brasileira atingir o ápice da sua participação na economia nacional durante a década de 1980, este setor passa a perder cada vez mais participação a partir da década 1990.

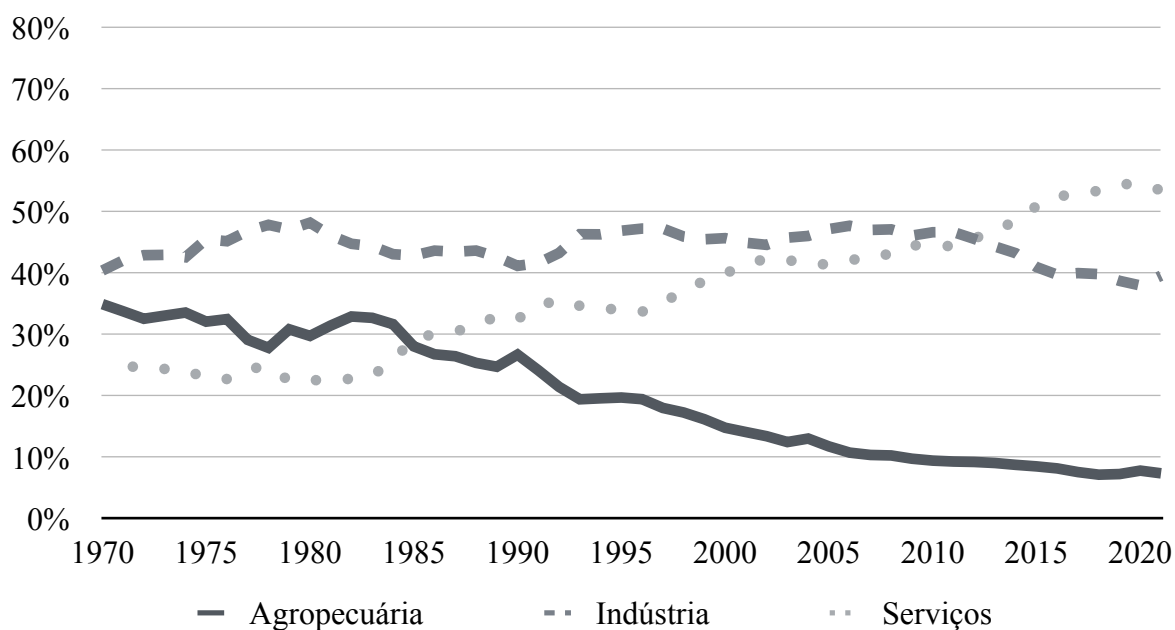
Figura 2: Participação dos setores econômicos no PIB do Brasil entre 1970 e 2022.



Fonte: IPEA (2023). Elaborado pelo autor.

A Figura 3 apresenta a mesma análise, mas em relação à economia chinesa, observando-se que o país asiático reduziu a participação da agropecuária, enquanto os setores de indústria e serviços apresentaram estabilidade ou crescimento.

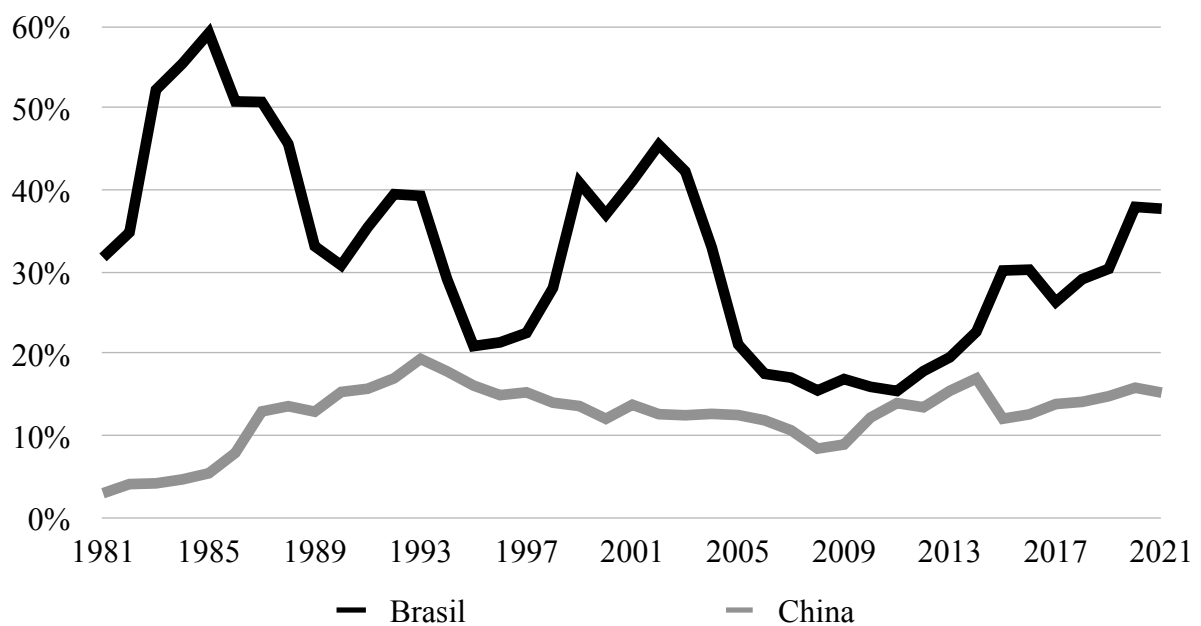
Figura 3: Participação dos setores econômicos no PIB da China entre 1970 e 2021.



Fonte: World Bank (2023). Elaborado pelo autor.

Considerado as Figuras 2 e 3, observa-se o efeito do abandono das políticas desenvolvimentistas no Brasil, enquanto a China optou pela manutenção das mesmas. A continuidade destas políticas econômicas foi possível devido ao isolamento econômico do país frente ao mercado capitalista, limitando assim o seu acesso a financiamentos, enquanto o Brasil conseguia captar recursos no mercado internacional para financiar o seu desenvolvimento. Sendo assim, a China não precisou realizar ajustes na sua economia como foi observado na economia brasileira, uma vez que o endividamento externo do país era muito limitado. Sendo assim, observa-se na Figura 4 a proporção da dívida externa dos dois países em relação ao PIB.

Figura 4: Proporção da dívida externa em relação ao PIB do Brasil e da China entre 1981 e 2021.



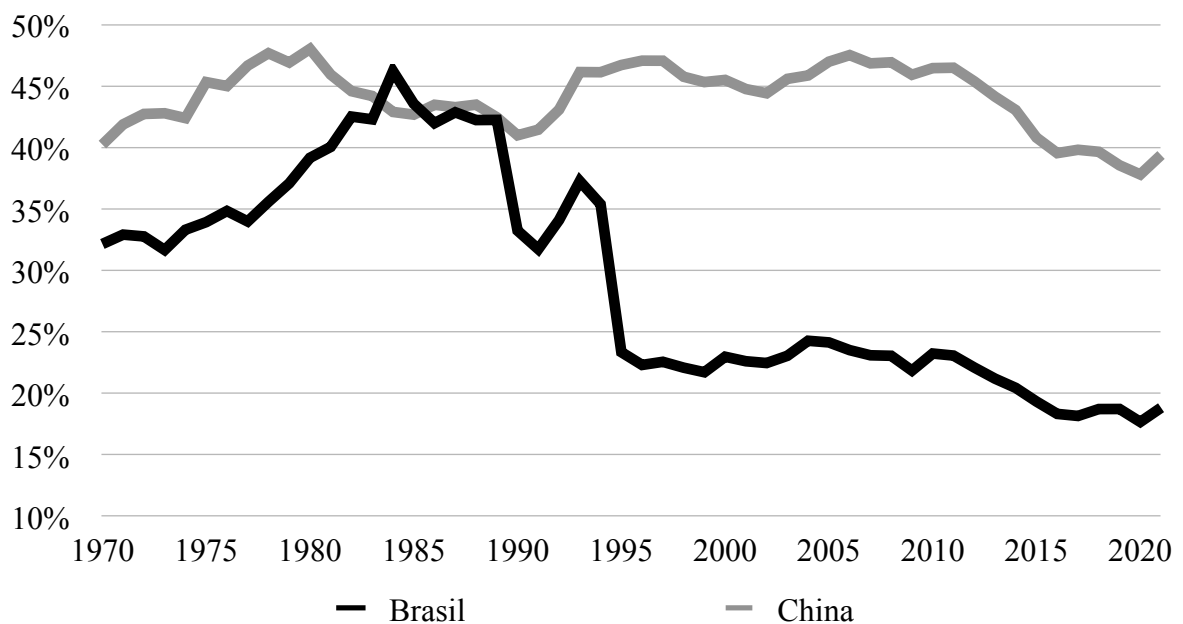
Fonte: World Bank (2023). Elaborado pelo autor.

Alguns fatores podem ser considerados como os fomentadores da continuidade da política de industrialização nacional observada na China a partir do final da década de 1970. Inicialmente, a reaproximação do país com os países ocidentais e a sua entrada na ONU levou ao início do processo de ingresso do país na economia mundial. A criação das primeiras ZEEs atraiu o capital estrangeiro para o país por meio de promessas de incentivos fiscais e de mão de obra barata e qualificada. As empresas estrangeiras não conseguiram se aproveitar destes incentivos em um primeiro momento devido à barreira cultural entre os povos, no entanto, a reabertura da economia chinesa possibilitou que os chineses no exterior, em especial os que

deixaram o país após a revolução comunista de 1949, conseguissem vantagens em decorrência da familiaridade com a cultura local. Dessa forma, estes chineses passaram a emigrar de Hong Kong e Taiwan para a China continental, trazendo consigo o seu capital acumulado. Além disso, a valorização do iene em decorrência ao Acordo de Plaza impulsionou a transferência dos investimentos japoneses de outros países do continente asiático para a China continental.

Sendo assim, a Figura 5 apresenta a participação do valor agregado pela indústria no PIB dos dois países. Observa-se que a economia brasileira apresentou uma queda abrupta a partir da década de 1990, enquanto a China apresentou uma manutenção dos seus resultados, mesmo durante a crise econômica asiática de 1997. Os efeitos da crise econômica foram controlados por meio de um rígido controle da taxa de câmbio e devido à baixa exposição da economia chinesa à necessidade de financiamento externo devido aos motivos apresentados anteriormente. Dessa forma, a China superou esta crise econômica ao mesmo tempo que incentivava a ampliação do contato das suas empresas com o mercado internacional buscando aumentar a sua competitividade, ampliar as suas exportações e realizar investimentos em outros países.

Figura 5: Participação do valor agregado pela indústria no PIB do Brasil e da China entre 1970 e 2021.

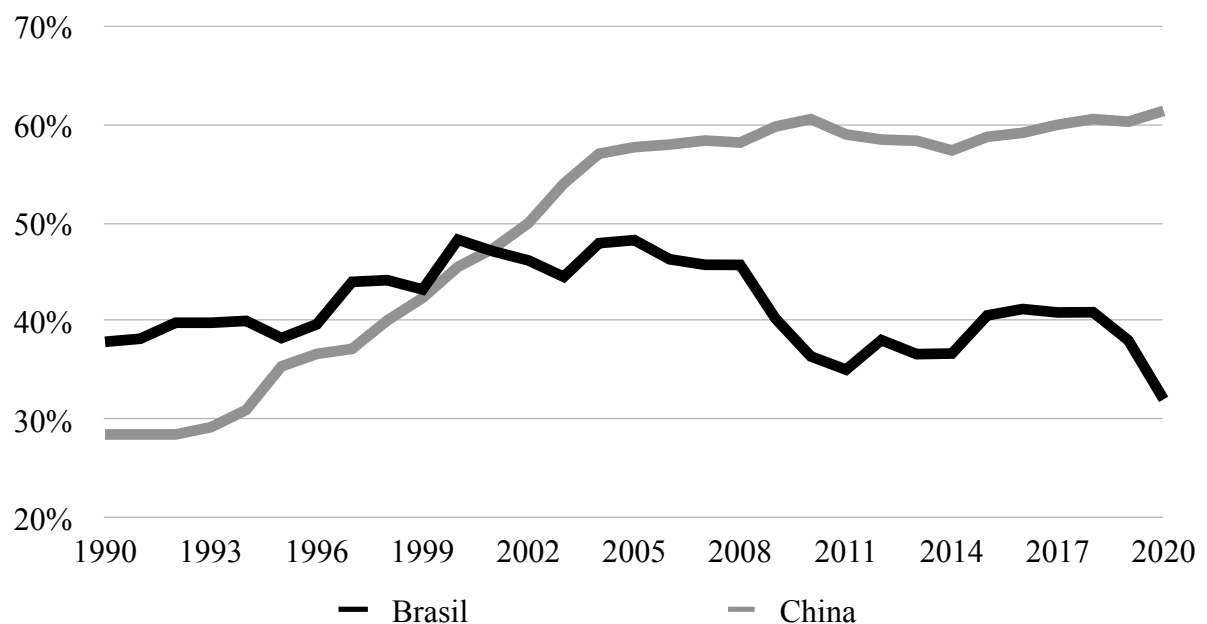


Fonte: World Bank (2023). Elaborado pelo autor.

Além das mudanças nas condições da indústria brasileira apresentadas anteriormente, as exportações de produtos de média ou alta tecnologia perderam participação em relação às

exportações industrializadas do país. A Figura 6 apresenta que enquanto estes produtos perderam participação nas exportações brasileiras, o mesmo não pode ser constatado na economia chinesa, onde estes produtos passam a ocupar cada vez mais espaço nas exportações do país asiático. Sendo assim, o Brasil passa a exportar produtos com menor valor agregado ao mesmo tempo que já sofre a redução deste setor da economia brasileira e o crescimento do setor agropecuário.

Figura 6: Participação das exportações de produtos de média e alta tecnologia em relação às exportações de produtos industrializados do Brasil e da China entre 1990 e 2020.



Fonte: World Bank (2023). Elaborado pelo autor.

Segundo Arrighi (1997, p. 53-54), uma das formas de verificar o nível de desenvolvimento econômico de um país é por meio da proporção do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita do país em relação ao resultado de um dos países centrais da economia mundial capitalista, sendo este método de análise utilizado amplamente em suas pesquisas. Dessa forma, comparam-se na Tabela 1 os resultados do Brasil e da China com os resultados de outros países que também estão passando por transformações socioeconômicas para verificar como os resultados destes países se comportam em um cenário mundial.

Tabela 1: Proporção do PNB per capita de determinados países em relação ao PNB per capita dos Estados Unidos da América entre 1990 e 2020.

País	Ano				Crescimento
	1990	2000	2010	2020	
África do Sul	26,65%	21,68%	25,52%	20,70%	-22,33%
Argentina	29,06%	30,54%	35,58%	31,49%	8,36%
Bangladesh	4,19%	4,40%	6,32%	9,56%	128,34%
Brasil	27,24%	23,75%	28,15%	22,55%	-17,22%
China	4,15%	7,83%	18,80%	26,55%	540,54%
Egito	15,02%	15,24%	18,04%	18,11%	20,61%
Etiópia	1,73%	1,28%	2,06%	3,68%	111,92%
Filipinas	11,08%	10,22%	12,66%	13,74%	23,94%
Índia	5,03%	5,63%	8,50%	9,90%	96,77%
Indonésia	12,35%	11,88%	16,74%	18,41%	49,03%
México	34,18%	29,81%	31,15%	28,87%	-15,52%
Nigéria	8,21%	5,63%	8,93%	7,69%	-6,25%
Rússia	33,88%	18,07%	40,49%	45,52%	34,35%
Turquia	35,41%	25,43%	35,05%	41,97%	18,54%
Vietnã	4,74%	6,85%	10,64%	16,43%	246,80%

Fonte: World Bank (2023). Elaboração própria.

Dentre os países analisados, a China se destaca como o país com o maior crescimento na sua proporção, seguido pelo Vietnã e Bangladesh. O crescimento da proporção indiana deve ser ressaltado devido ao tamanho da população do país e a ampliação da sua importância no cenário internacional. Assim como a China, apesar da proporção em relação ao resultado americano ser considerada baixa, a grandeza populacional coloca o país entre as grandes economias do mundo mesmo em um cenário que ainda carece de grandes transformações socioeconômicas. Na América Latina, o Brasil e o México apresentaram retrações em relação à proporção que detinham em 1990, enquanto a Argentina apresentou crescimento mesmo em um cenário de crise inflacionária. Comparando os resultados do Brasil e da China, observa-se que o país asiático conseguiu alcançar e superar os resultados

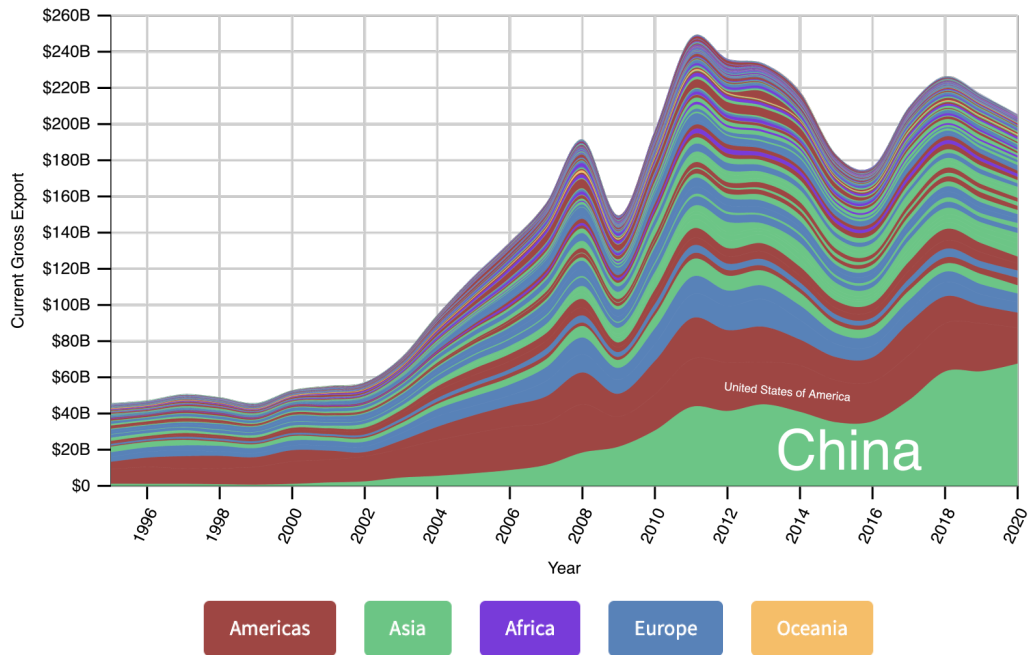
brasileiros em menos de três décadas. Dentre os países do BRICS, o Brasil teve o segundo crescimento mais baixo, ficando à frente apenas da África do Sul. Além disso, os resultados dos países africanos e asiáticos podem ser considerados como um indicativo de que o Brasil poderá sofrer uma maior concorrência no mercado internacional no futuro.

Conforme observado, o Brasil passou por um processo de estagnação no seu desenvolvimento econômico em relação à economia dos Estados Unidos, enquanto os resultados chineses se apresentam cada vez mais elevados. Além disso, os valores agregados pela indústria nas economias dos dois países apresentaram resultados bastante distintos. A indústria chinesa apresentou um comportamento estável na maior parte do período analisado, enquanto o valor agregado pela indústria brasileira contraiu profundamente a partir da reabertura econômica do país a partir de 1990.

3.2. A Novíssima Dependência

Conforme observado anteriormente, a participação da indústria brasileira na economia nacional foi reduzida consideravelmente a partir da década de 1990. Neste mesmo período, constata-se um aumento considerável das exportações brasileiras conforme apresentado na Figura 7. Verifica-se também que a China conseguiu se tornar o maior destino das exportações brasileiras em 2009, ultrapassando os Estados Unidos e a Argentina, sendo estes os outros dois maiores parceiros comerciais das exportações brasileiras.

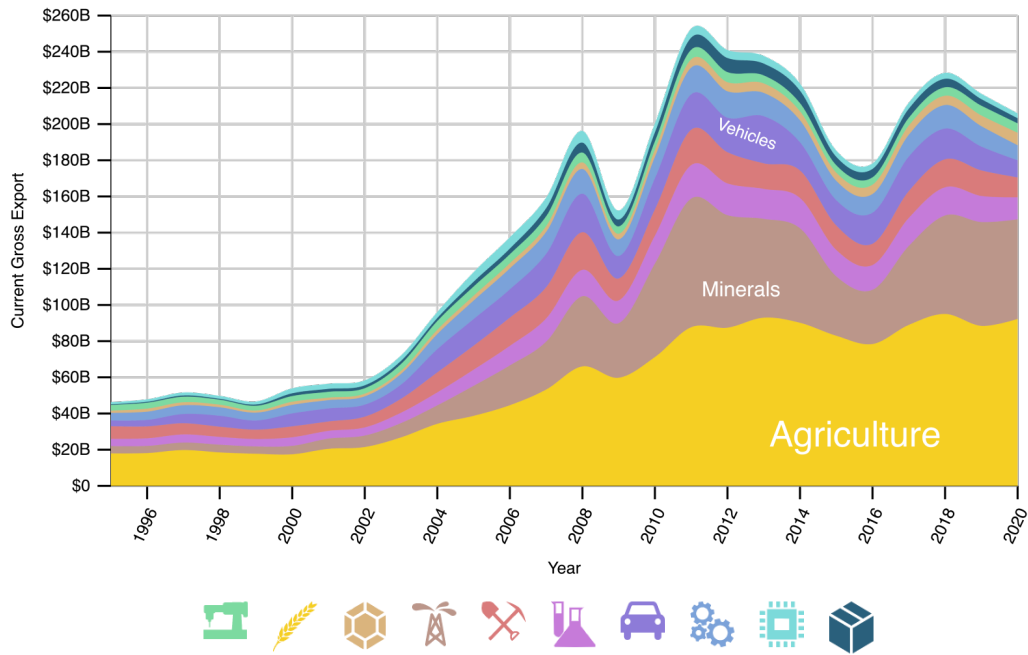
Figura 7: Valor das exportações brasileiras por país de destino entre 1995 e 2020.



Fonte: Harvard University (2023).

Na Figura 8, observa-se que os setores econômicos que apresentaram o maior crescimento estão relacionados aos setores primários da economia brasileira. Sucintamente, os setores primários cresceram, enquanto os setores de produtos com alto valor agregado apresentaram estagnação ou retração.

Figura 8: Valor das exportações brasileiras por setor econômico entre 1995 e 2020.



Considerando a importância da China na economia brasileira, observa-se na Tabela 2 o avanço da participação do país asiático como o principal destino dos produtos exportados pelo Brasil. Verifica-se que a China se torna o principal parceiro comercial das exportações brasileiras nos setores que cresceram principalmente a partir da década de 2000, sendo eles os setores de agricultura e minérios. As exportações de produtos agrícolas estão concentradas na exportação de grãos de soja, produtos derivados de soja e carne bovina, suína e avícola. No setor de produtos minerais, as principais exportações são de minério de ferro e petróleo bruto. Os setores econômicos restantes representam uma parcela muito pequena das exportações para a China, mas se destacam as exportações de ligas metálicas, produtos plásticos e produtos farmacêuticos. As exportações de produtos têxteis estão altamente concentradas em algodão cru, enquanto o setor de pedras está concentrado na exportação de pedras preciosas. Dentre os setores com os produtos de alto valor agregado, o Brasil exporta aeronaves, barcos, carros, motores, produtos relacionados a telefones e circuitos eletrônicos integrados, ainda que em uma quantidade expressivamente menor do que as importações brasileiras da China.

Tabela 2: Participação da China nos setores econômicos das exportações brasileiras entre 1995 e 2020.

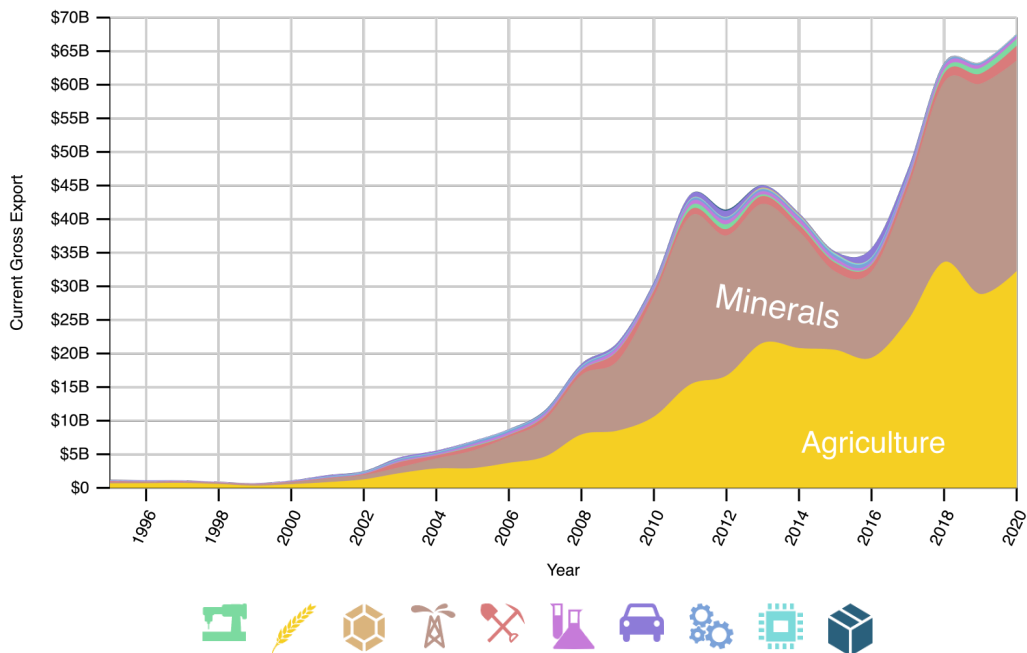
Setor	Ano					
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Agricultura	3,77%	3,16%	7,61%	14,89%*	24,76%	35,00%
Eletrônicos	2,15%	0,54%	1,34%	1,45%	5,95%	3,45%
Maquinário	1,34%	0,78%	2,93%	2,09%	4,07%	2,16%
Metals	2,24%	0,87%	4,30%	5,92%	9,59%	20,03%
Minérios	4,00%	6,82%	15,7%*	34,65%	35,21%	57,27%
Outros	-	0,03%	0,44%	0,93%	1,05%	0,08%
Pedras	1,28%	0,67%	0,61%	0,99%	1,97%	0,60%
Químicos	0,95%	1,41%	2,96%	2,50%	3,44%	3,65%
Têxteis	0,48%	0,05%	2,25%	3,45%	5,20%	19,48%*
Veículos	2,03%	0,73%	0,56%	2,16%	1,47%	0,13%
Total	2,63%	2,09%	6,01%	15,58%*	19,20%	32,87%

* - Representa o momento aproximado em que a China se torna o principal parceiro comercial no setor considerando a proximidade com o ano em questão, desde que este comportamento permaneça até o final da série temporal.

Fonte: Harvard University (2023). Elaboração própria.

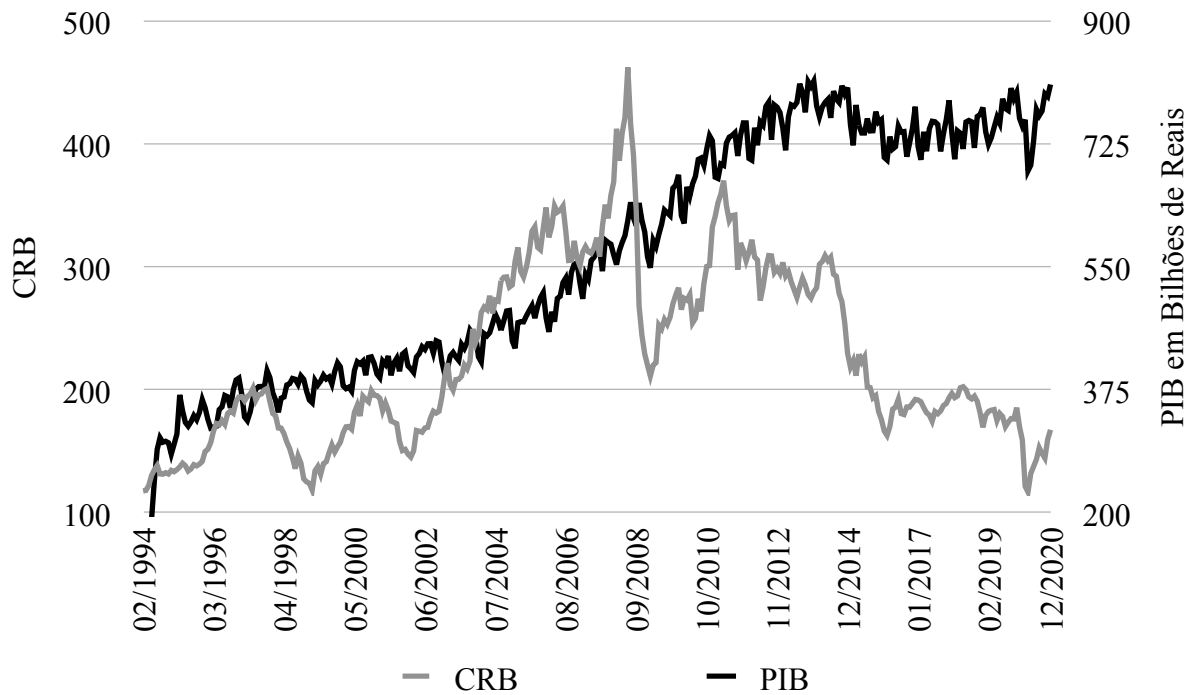
Considerando a Figura 9, podem ser analisados os resultados da Agenda China. Conforme apresentado anteriormente, o objetivo desta era de expandir as exportações do Brasil para a China de um valor aproximado de 18 bilhões de dólares em 2008 para 54 bilhões de dólares em 2010. (HARVARD UNIVERSITY, 2022) Observa-se então que esta meta não foi alcançada, mas ainda assim apresentou resultados significativos considerando os efeitos da crise econômica do final da década de 2000. Além disso, o objetivo de impulsionar as exportações de bens com alto valor agregado também pode ser considerado como fracassado.

Figura 9: Valor das exportações brasileiras para a China por setor econômico entre 1995 e 2020.



Segundo Castro (2021), a constatação da alta participação de *commodities* nas exportações brasileiras evidencia um fenômeno intensificado pela expansão da economia chinesa durante a década de 2000. A Figura 10 apresenta a evolução dos preços das *commodities* utilizando como parâmetro o índice Refinitiv/CoreCommodity CRB Index Excess Return para verificar a evolução dos preços no mercado futuro e o PIB mensal do Brasil, observando-se que a alta dos preços das *commodities* segue uma trajetória próxima a do crescimento da economia brasileira. É perceptível que a partir do momento que os preços reduziram, o comportamento do PIB passou a ser de estabilidade ou retração, ocorrendo simultaneamente a crise econômica de 2014.

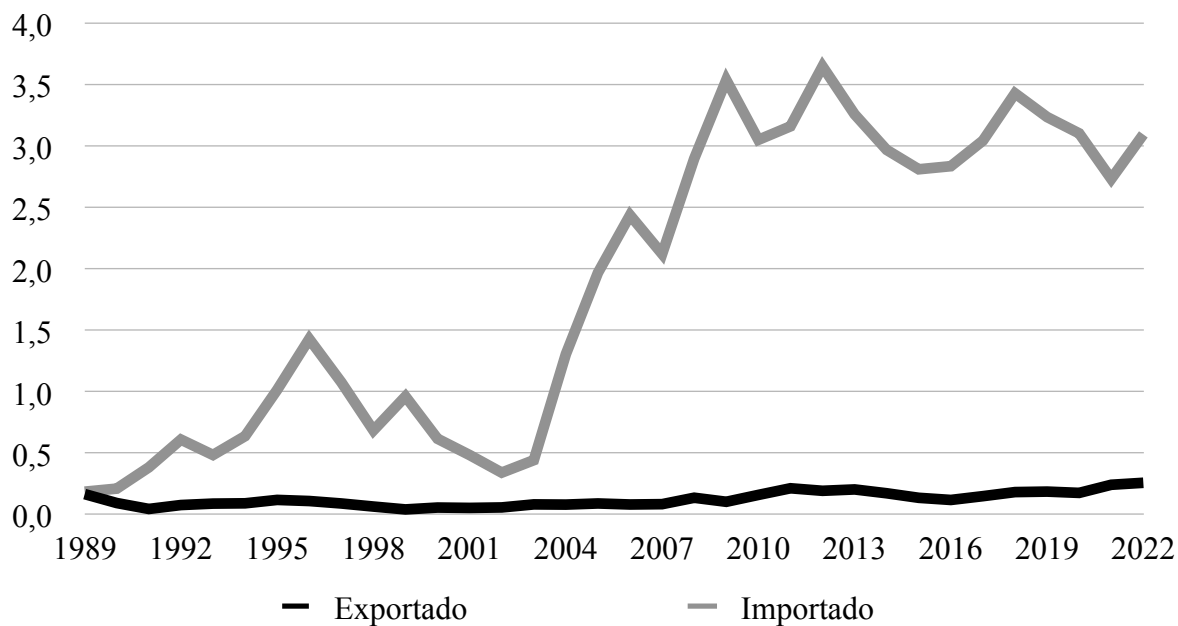
Figura 10: Refinitiv/CoreCommodity CRB Index Excess Return e o PIB mensal do Brasil deflacionado pelo IPCA entre fevereiro de 1994 e dezembro de 2020.



Fonte: Investing (2023) e IPEA (2023). Elaborado pelo autor.

Além disso, pode-se verificar com base no valor por quilograma das exportações o nível de valor agregado dos produtos nas relações comerciais com a China. Considerando o que está apresentado na Figura 11, observa-se que o valor dos produtos provenientes da China tem um valor muito mais alto do que o valor dos produtos brasileiros exportados. Exceptuando-se os dois primeiros anos da série temporal, as importações tinham um valor ao menos cinco vezes maior do que o valor das exportações brasileiras, frequentemente atingindo valores que passavam em dez vezes o valor das exportações brasileiras. Dessa forma, conclui-se que o Brasil exporta produtos com baixo valor em relação ao seu volume, enquanto os produtos chineses importados têm um valor muito mais alto.

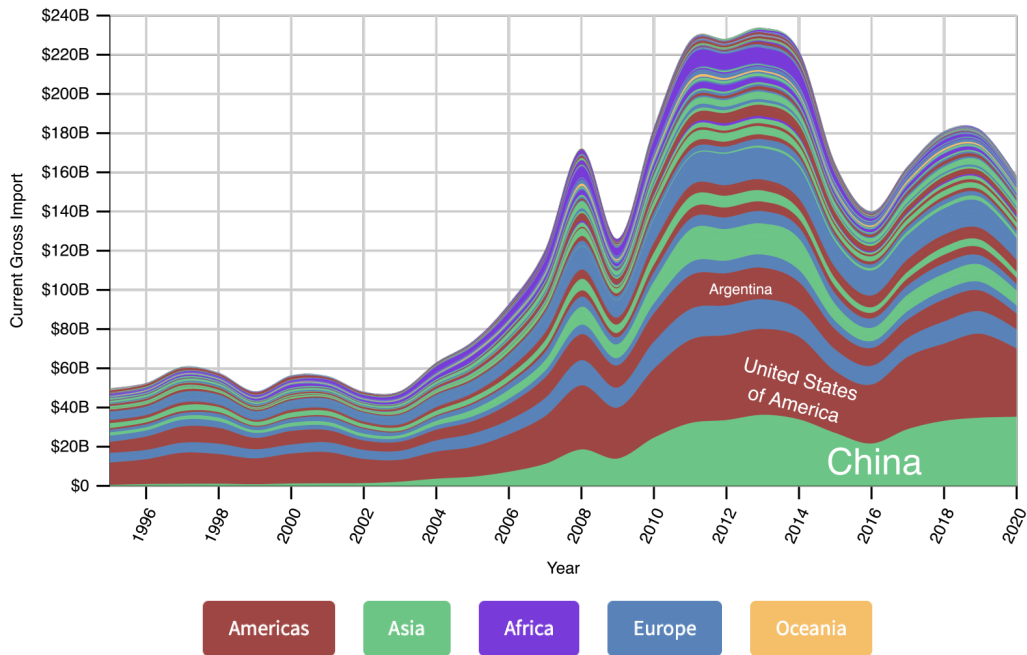
Figura 11: Valor por quilograma das exportações e importações do Brasil em relação à China em dólares americanos entre 1989 e 2022.



Fonte: SECEX (2023). Elaborado pelo autor.

Na Figura 12 é possível constatar que a China passou a ocupar uma posição considerável em relação às importações brasileiras, assim como foi observado nas exportações do Brasil. A China se tornou o maior fornecedor de produtos importados para a economia brasileira em 2020, ultrapassando os Estados Unidos. No entanto, deve-se ressaltar que os Estados Unidos, assim como a China, apresentam uma trajetória ascendente em relação à sua participação nas importações do Brasil.

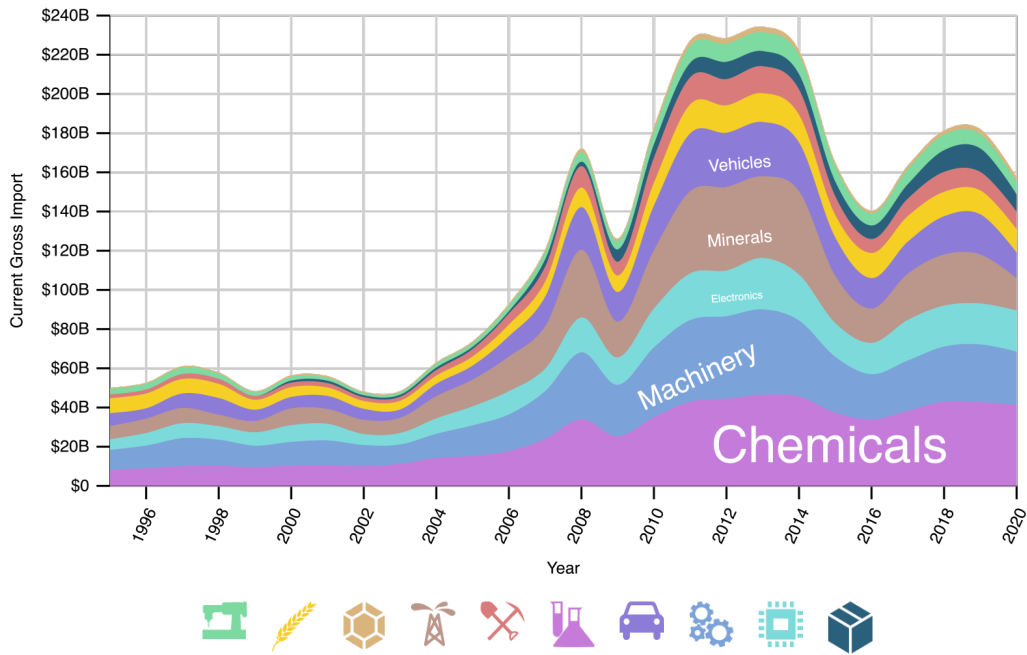
Figura 12: Valor das importações brasileiras por país de origem entre 1995 e 2020.



Fonte: Harvard University (2023).

Analisando-se a Figura 13, observa-se que diferentemente das exportações brasileira, que são concentradas em produtos primários, as importações brasileiras estão relacionadas à produtos de alto valor agregado. Os setores de produtos químicos, maquinários, eletrônicos e veículos representam uma parte significativa das importações do Brasil. Observa-se também a importação de grandes quantidades de produtos minerais, como petróleo cru e refinado.

Figura 13: Valor das importações brasileiras por setor econômico entre 1995 e 2020.



A Tabela 3 apresenta o avanço da participação chinesa nos setores econômicos das importações brasileiras, onde é possível observar que o país asiático se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em diversos setores de produtos de alto valor tecnológico agregado. É possível constatar que a entrada de produtos chineses na economia brasileira se intensificou a partir de 2004. Sendo assim, os três principais setores importadores são os ligados a eletrônicos, maquinários e produtos químicos, ou seja, são setores caracterizados por produtos industriais e tecnológicos com alto valor agregado. No setor de eletrônicos, observa-se uma alta diversificação, variando desde dispositivos mais simples, como barbeadores e aspiradores de pó, até produtos de alto valor agregado, como aparelhos telefônicos, circuitos eletrônicos integrados e dispositivos semicondutores. Além disso, existe uma ampla necessidade de importação de produtos relacionados à transmissão e recepção de sinais, em especial para telefones, televisões e radares. Assim com observado no setor de eletrônicos, o setor de maquinário também apresenta uma grande diversificação, destacando-se a importação de processadores, telas para televisores e monitores, brinquedos e peças para aparelhos de ar-condicionado. No setor químico, as importações são concentradas em inseticidas e fertilizantes devido à estrutura econômica agrária do país. Destacam-se também as importações de plástico e vacinas. O setor têxtil chinês exporta para o Brasil principalmente

produtos relacionados à tecidos sintéticos, roupas e assentos, como cadeiras, poltronas e sofás, enquanto o setor de produtos metálicos tem como destaque os utensílios de aço, ferro e alumínio, como parafusos e pregos, ferramentas metálicas e utensílios domésticos. O setor de veículos apresenta a importação de peças para veículos de transporte como carros, barcos, navios e trens. Apesar dos setores de produtos têxteis, metálicos e veiculares não apresentarem valores tão expressivos quanto os dos outros setores apresentados anteriormente, estes devem ser destacados pela sua alta diversidade e alta participação em relação aos produtos importados pelo Brasil.

Tabela 3: Participação da China nos setores produtivos das importações brasileiras entre 1995 e 2020.

Setor	Ano					
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Agricultura	0,54%	0,96%	3,33%	9,79%	11,85%	8,41%
Eletrônicos	1,07%	3,44%	16,39%*	30,30%	34,36%	48,73%
Maquinário	0,77%	2,74%	6,18%	20,20%	21,19%*	29,94%
Metals	0,92%	2,82%	6,15%	18,94%*	22,65%	27,69%
Minérios	0,93%	0,86%	1,94%	1,18%	1,10%	0,74%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,06%	0,03%	0,80%
Pedras	1,14%	2,75%	7,75%	23,35%*	30,22%	22,63%
Químicos	1,00%	2,06%	4,34%	7,81%	11,96%	16,78%
Têxteis	4,12%	8,25%*	30,16%	44,43%	56,46%	60,84%
Veículos	0,30%	0,34%	1,82%	5,49%	9,23%	14,28%
Total	0,96%	2,17%	6,34%	13,42%	16,41%	22,29%*

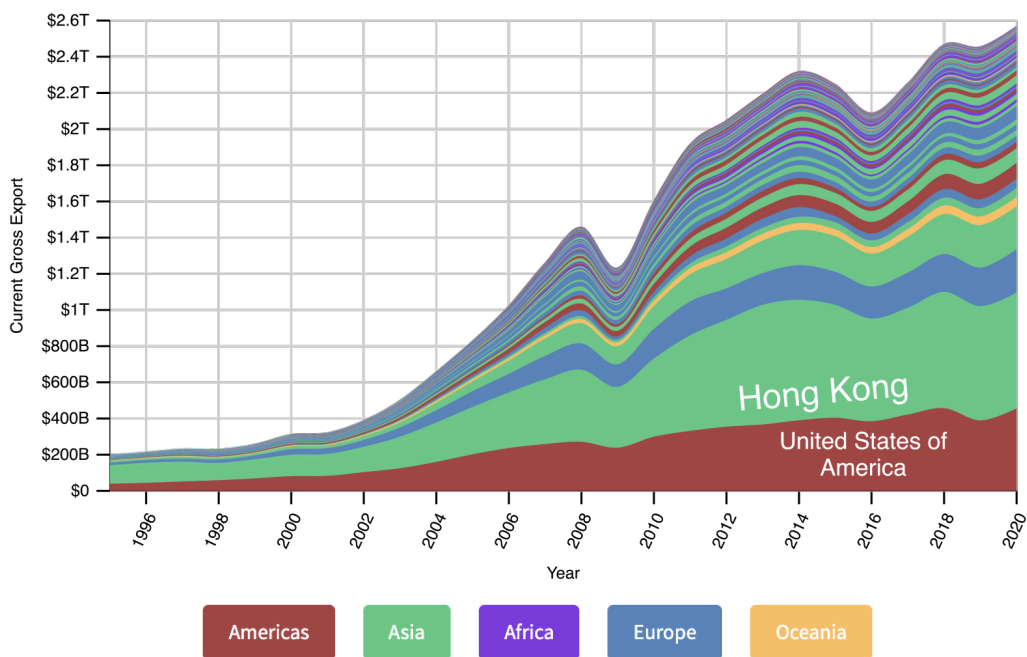
* - Representa o momento aproximado em que a China se torna o principal parceiro comercial no setor considerando a proximidade com o ano em questão, desde que este comportamento permaneça até o final da série temporal.

Fonte: Harvard University (2023). Elaboração própria.

Analisadas as informações quanto a balança comercial brasileira, deve-se verificar se os mesmos comportamentos são observados na balança comercial chinesa. Dessa forma, a Figura 14 apresenta a evolução do valor das exportações chinesas, constatando-se que diferente do que foi observado na Figura 7, o Brasil não é apresentado entre os principais

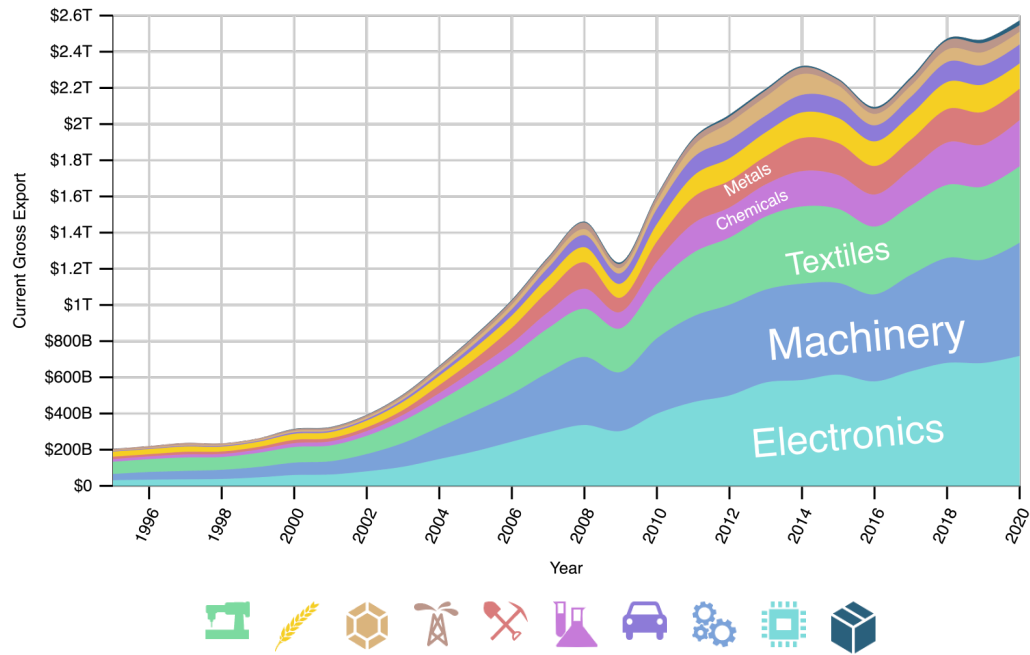
parceiros comerciais das suas exportações de forma geral. Apesar dos Estados Unidos serem o principal destino das exportações chinesas, os países do continente asiático apresentam uma participação muito superior quando considerados de forma agregada. Considerando os resultados de 2020, verifica-se que a China exportou cerca de 12 vezes o valor exportado do Brasil. Além disso, o valor das exportações brasileiras em 2020 é equivalente ao valor das exportações chinesas em 1995.

Figura 14: Valor das exportações chinesas por país de destino entre 1995 e 2020.



Conforme apresentado na Figura 15, as exportações chinesas estão concentradas em setores econômicos de produtos com alto valor agregado. A diversidade e a tecnologia dos produtos exportados pelo país asiático apresentam um contraste muito grande em comparação às exportações brasileiras, sendo estas concentradas em produtos primários e em poucos setores econômicos.

Figura 15: Valor das exportações chinesas por setor econômico entre 1995 e 2020.



Apesar da China ter se tornado o maior parceiro comercial brasileiro tanto para as exportações quanto para as importações, o mesmo não se confirma em relação à China. A Tabela 4 apresenta a participação das exportações chinesas com destino ao Brasil, onde é possível verificar a baixa representatividade do mercado brasileiro para os exportadores chineses. Apesar da participação brasileira ter avançado em relação ao primeiro ano da série temporal, esta apresentou um crescimento muito inferior ao observado nos resultados brasileiros.

Tabela 4: Participação do Brasil nos setores produtivos das exportações chinesas entre 1995 e 2020.

Setor	Ano					
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Agricultura	0,15%	0,15%	0,25%	1,18%	0,98%	0,72%
Eletrônicos	0,19%	0,49%	0,83%	1,51%	0,96%	1,42%
Maquinário	0,23%	0,48%	0,43%	1,73%	1,18%	1,30%
Metals	0,13%	0,35%	0,40%	2,17%	1,22%	1,43%
Minérios	0,84%	0,77%	1,22%	1,16%	0,86%	0,35%
Outros	-	-	0,00%	0,04%	0,02%	0,26%
Pedras	0,14%	0,25%	0,29%	1,20%	0,69%	0,79%
Químicos	0,55%	1,01%	1,18%	2,20%	2,39%	2,72%
Têxteis	0,17%	0,19%	0,35%	0,99%	1,10%	0,91%
Veículos	0,61%	0,24%	0,54%	1,49%	1,76%	1,78%
Total	0,23%	0,39%	0,56%	1,53%	1,20%	1,37%

Fonte: Harvard University (2023). Elaboração própria.

Analisando a Tabela 5, é possível verificar que o Brasil se tornou o principal parceiro comercial da China no setor de produtos agropecuários. O setor de minérios também apresentou um crescimento expressivo, ainda que o país não tenha se tornado o principal fornecedor para o país asiático.

Tabela 5: Participação do Brasil nos setores produtivos das importações chinesas entre 1995 e 2020.

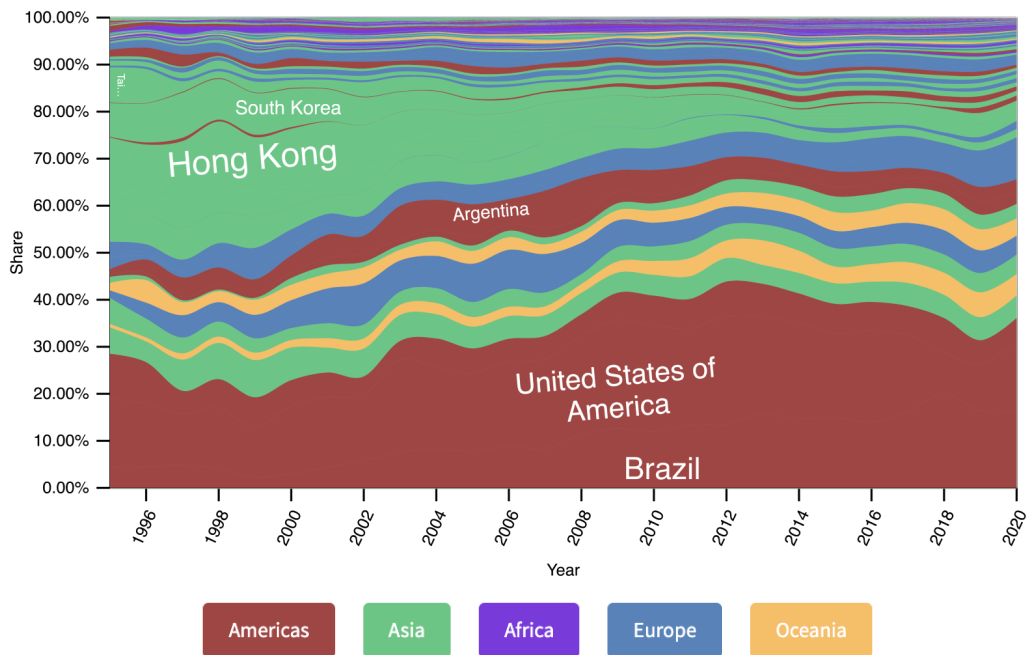
Setor	Ano					
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Agricultura	4,36%	2,99%	7,77%	11,92%	14,98%	16,34%*
Eletrônicos	0,16%	0,05%	0,07%	0,04%	0,09%	0,03%
Maquinário	0,21%	0,12%	0,28%	0,12%	0,23%	0,08%
Metals	1,41%	0,36%	1,14%	0,93%	1,75%	2,13%
Minérios	2,13%	1,62%	3,39%	7,06%	4,99%	8,46%
Outros	-	0,01%	0,04%	0,05%	0,08%	0,01%
Pedras	1,51%	0,46%	0,28%	0,24%	0,13%	0,13%
Químicos	0,20%	0,27%	0,36%	0,26%	0,32%	0,22%
Têxteis	0,11%	0,01%	0,56%	0,59%	0,68%	3,04%
Veículos	1,12%	0,79%	0,37%	0,58%	0,23%	0,02%
Total	1,04%	0,66%	1,37%	2,74%	2,86%	4,16%

* - Representa o momento aproximado em que o Brasil se torna o principal parceiro comercial no setor considerando a proximidade com o ano em questão, desde que este comportamento permaneça até o final da série temporal.

Fonte: Harvard University (2023). Elaboração própria.

Considerando a participação de outros países no fornecimento de produtos agrícolas para a economia chinesa, a Figura 16 apresenta que apesar do Brasil ser o maior parceiro comercial da China neste setor, outros países também compõe uma participação considerável, em especial os Estados Unidos, o Canadá e a Indonésia. A participação de outros países do Leste Asiático com territórios muito menores em comparação aos países citados anteriormente também é relevante para esta análise. Além disso, é possível considerar que a ascensão brasileira neste setor é recente, intensificando-se a partir de 2002 e se consolidando como a liderança neste setor apenas em 2020.

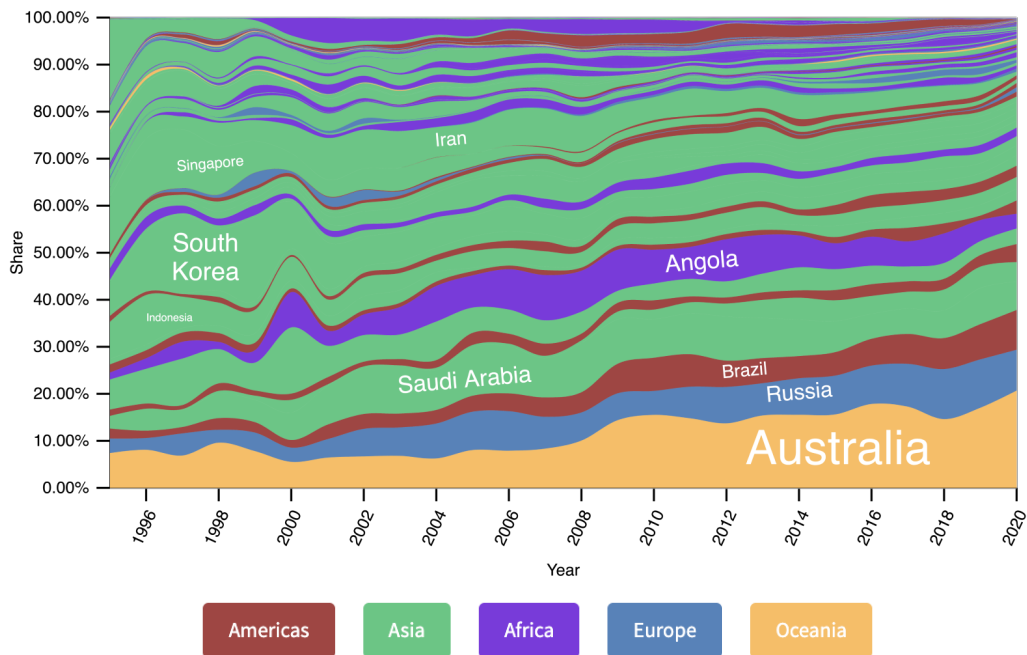
Figura 16: Participação dos países de origem das importações agrícolas chinesas entre 1995 e 2020.



Fonte: Harvard University (2023).

Conforme apresentado na Figura 17, o grande volume de produtos minerais exportados para a China não representa necessariamente uma dependência econômica em relação à *commodities* provenientes do Brasil. O principal parceiro comercial da China é a Austrália, seguida pela Rússia e o Brasil. Sendo que os dois últimos países, apesar de serem relevantes para a economia chinesa, apresentam somados uma participação menor do que a Austrália. Deve-se observar também a alta capacidade de fornecimento de produtos no mercado do continente asiático e oceânico. Esta situação confirma que a China, diferente do Brasil, não apresenta um cenário de dependência econômica em relação à produção mineral brasileira. Conforme observado anteriormente, a grande maioria das exportações brasileiras são destinadas para a China, enquanto a China detém de diversos outros fornecedores com uma capacidade de fornecimento de matérias-primas tão grandes quanto a do Brasil. Pode-se considerar também que por questões logísticas, seria benéfico para o país asiático a ampliação de fornecedores dentro do próprio continente.

Figura 17: Participação dos países de origem das importações minerais chinesas entre 1995 e 2020.



Apesar da grande participação da China como o destino dos produtos brasileiros, o mesmo não se confirma em relação ao valor total de importações da China, onde o Brasil representa uma participação muito pequena em relação a este total ainda que seja relevante para a balança comercial chinesa. A ausência de grandes volumes de exportação de produtos tecnológicos com alto valor agregado pelo Brasil intensifica a relação de dependência em relação à economia chinesa. A ampliação destes setores nos períodos apresentados foi muito mais favorável à economia chinesa do que a brasileira, sendo que esta última apresentou uma intensificação do processo de expansão do setor primário da economia na balança comercial desde a década de 1990. Becard (2011) ainda aponta que a China busca diversificar os seus fornecedores entre diversos países e regiões, buscando não depender particularmente de algum país em específico, reduzindo assim a capacidade de ampliação da participação no setor agrário chinês, onde a economia brasileira consegue predominar ainda que de uma forma limitada.

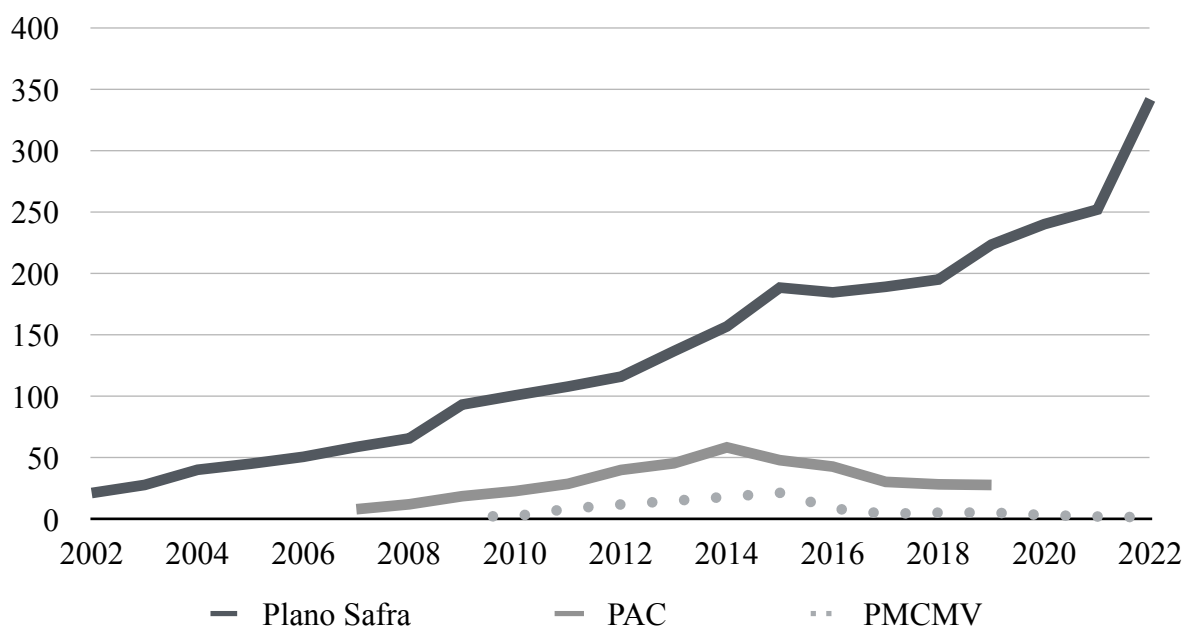
3.3. As Perspectivas das Relações Sino-Brasileiras

Conforme apresentado anteriormente, o comércio entre os dois países apresentou dois comportamentos distintos. Em relação à economia brasileira, observa-se uma

intensificação das exportações agrícolas e das importações de produtos tecnológicos com alto valor agregado. Já considerando a economia chinesa, esta ampliou o consumo de produtos agrários e minerais provenientes do Brasil ao mesmo tempo que a sua indústria ganhou espaço no mercado internacional e se tornou o principal fornecedor de produtos industrializados para a economia brasileira. Sendo assim, deve-se considerar as perspectivas em relação às relações entre os dois países.

Considerando as exportações brasileira para a China, é necessário verificar as formas de fomento da produção agrária pelo governo brasileiro. Sendo assim, considera-se que o Plano Safra é a principal forma de financiamento e fomento da agropecuária nacional. Verifica-se na Figura 18 o valor previsto de investimentos entre as safras de 2002 e 2022 para a agropecuária comercial, observando-se a grande importância que o governo brasileiro deu para este setor da economia. Para fins de comparação, apresentam-se os gastos com o PAC e o PMCMV. Dessa forma, é possível observar a posição privilegiada que o setor agropecuário recebeu em relação ao planejamento econômico brasileiro. No momento de ápice destes dois programas econômicos em 2014, a proporção de gastos entre o PAC e o Plano Safra era de aproximadamente 37%, enquanto entre o PMCMV e o Plano Safra era de aproximadamente 11%.

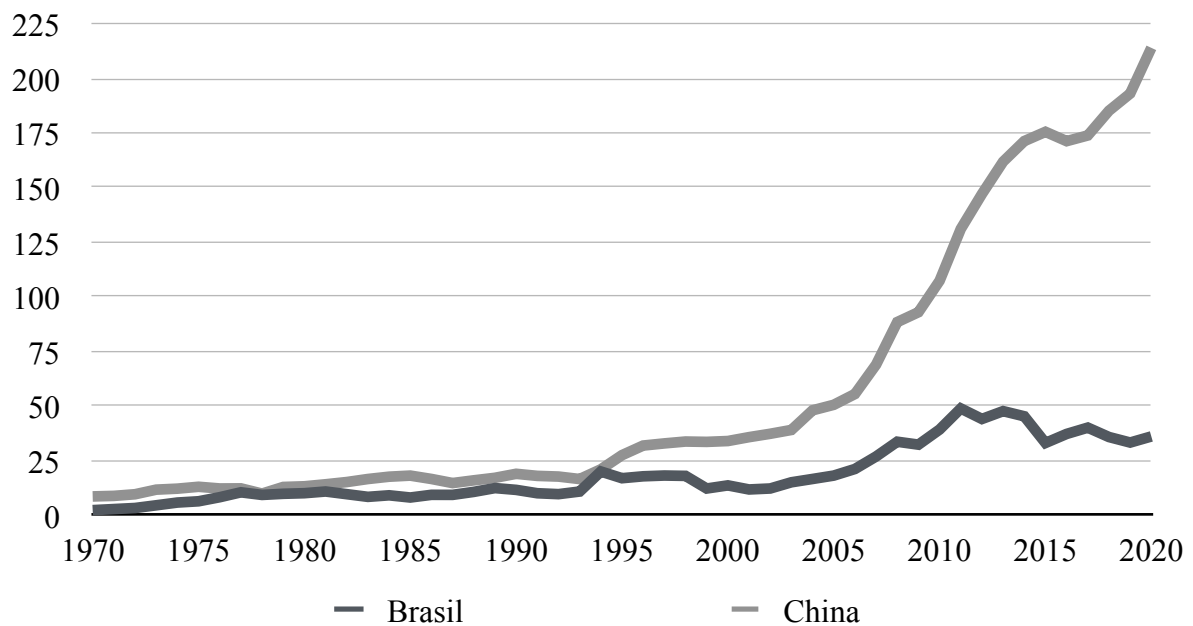
Figura 18: Investimentos previstos para o Plano Safra e os gastos realizados do PAC e do PMCMV em bilhões de reais entre 2002 e 2022.



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (2023) e Tesouro Nacional (2023). Elaborado pelo autor.

Dessa forma, pode-se confirmar a tendência de que a economia brasileira se torne cada vez mais dependente dos setores de produtos primários. Apesar deste setor da economia ter recebido grandes volumes de financiamento, observa-se na Figura 19 que a sua produtividade em relação ao valor agregado por quilômetro quadrado das terras da produção agrária apresentou um aumento após a metade da década de 2000, seguido de um período de redução e estagnação durante a década de 2010. Contrastando com a situação brasileira, a agropecuária chinesa apresentou aumentos consideráveis na sua produtividade. Observa-se também que a produtividade da produção chinesa esteve acima do resultado brasileiro durante todo o período da série temporal. Pode-se considerar esta análise como uma confirmação da baixa produtividade da produção agropecuária latifundiária brasileira, ressaltando-se que a China passou por um amplo processo de reforma agrária na segunda metade do século XX.

Figura 19: Valor agregado por quilômetro quadrado no Brasil e na China em milhares de dólares americanos entre 1970 e 2020.

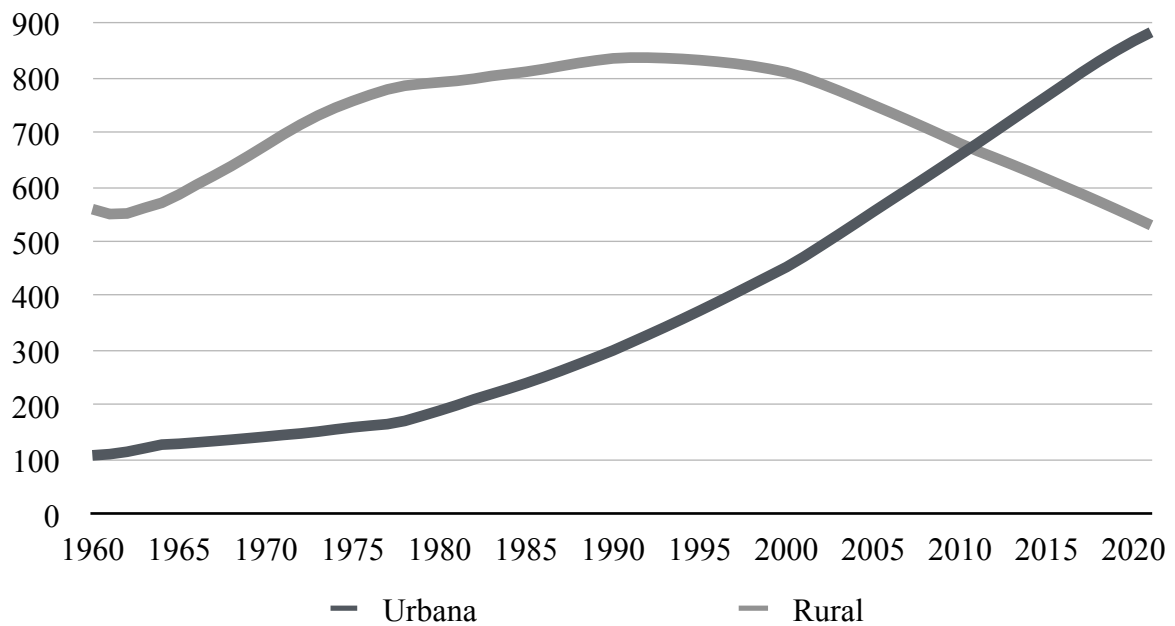


Fonte: World Bank (2023). Elaborado pelo autor.

A questão da alta produtividade na produção agropecuária é especialmente importante para a China devido à sua elevada população. Além disso, a população chinesa ainda está passando por um grande processo de urbanização. A Figura 20 apresenta a evolução das populações rurais e urbanas da China, verificando-se que ainda existem aproximadamente o equivalente a duas vezes e meia a população brasileira para se integrar à vida urbana no país

asiático. Evidencia-se então a necessidade de planejamento econômico quanto à situação brasileira frente às perspectivas de um aumento da demanda de produtos agrários tão relevante.

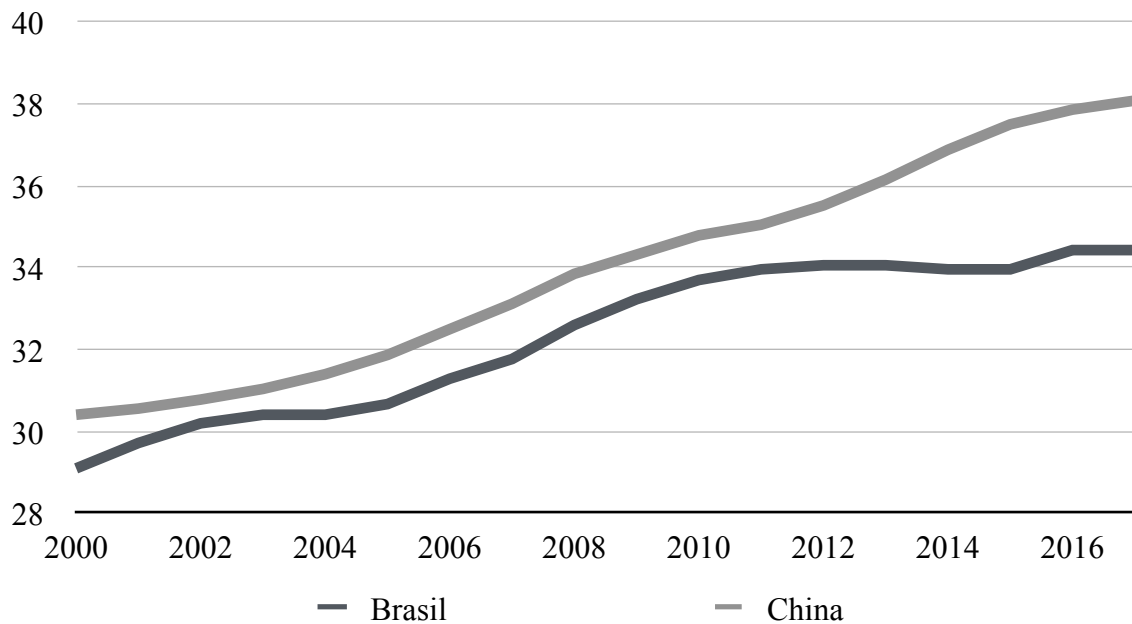
Figura 20: Distribuição da população chinesa em situação rural e urbana entre 1960 e 2021.



Fonte: World Bank (2023). Elaborado pelo autor.

Observa-se na Figura 21 a elevação do consumo anual de proteína per capita da China a partir de 2012, enquanto o resultado brasileiro permaneceu estagnado. Sendo assim, confirmada a continuidade desta tendência, a demanda por produtos agropecuários brasileiros pode se elevar de uma forma ainda mais intensa do que a observada anteriormente.

Figura 21: Consumo anual de proteína em quilogramas per capita do Brasil e da China entre 2000 e 2017.



Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2023). Elaborado pelo autor.

Além da questão da produção agrária, pode-se considerar que a elevação da renda média chinesa poderia impactar o consumo de alimentos. Conforme apresentado anteriormente, o Brasil é um grande fornecedor de produtos alimentares para a China, sendo assim essencial entender o crescimento da renda média da população chinesa. Dessa forma, observa-se na Tabela 6 que a renda média anual chinesa apresentou um crescimento quase que exponencial desde a década de 1950, enquanto o Brasil se estagnou a partir da década de 1980. Nesta mesma situação, podem ser verificados os impactos da mudança das políticas econômicas do Brasil em relação à China a partir da década de 1980 conforme apresentado anteriormente. A renda média anual chinesa ultrapassou o resultado brasileiro em 2017.

Tabela 6: Renda média anual em dólares americanos da população adulta de países em desenvolvimento e a sua taxa de variação entre 1950 e 2020.

País	Ano								Variação
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	
África do Sul	7.734	9.751	13.131	15.251	12.748	12.971	16.176	13.680	76,89%
Argentina	8.788	9.640	12.495	14.394	11.308	14.600	19.391	16.515	87,92%
Brasil	4.989	7.107	9.769	15.689	13.723	13.873	15.805	14.008	180,78%
China	929	1.614	1.806	2.142	2.949	4.478	9.496	16.497	1674,93%
Índia	1.106	1.439	1.776	1.822	2.400	3.257	4.904	7.022	535,17%
México	6.943	9.960	14.454	19.713	16.015	20.533	18.492	16.677	140,22%
Rússia	-	-	14.368	17.717	18.552	13.007	20.227	22.100	53,81%
Turquia	5.612	8.080	10.845	12.289	15.569	17.059	20.078	26.468	371,64%
Média	5.157	6.799	9.831	12.377	11.658	12.472	15.571	16.621	222,28%

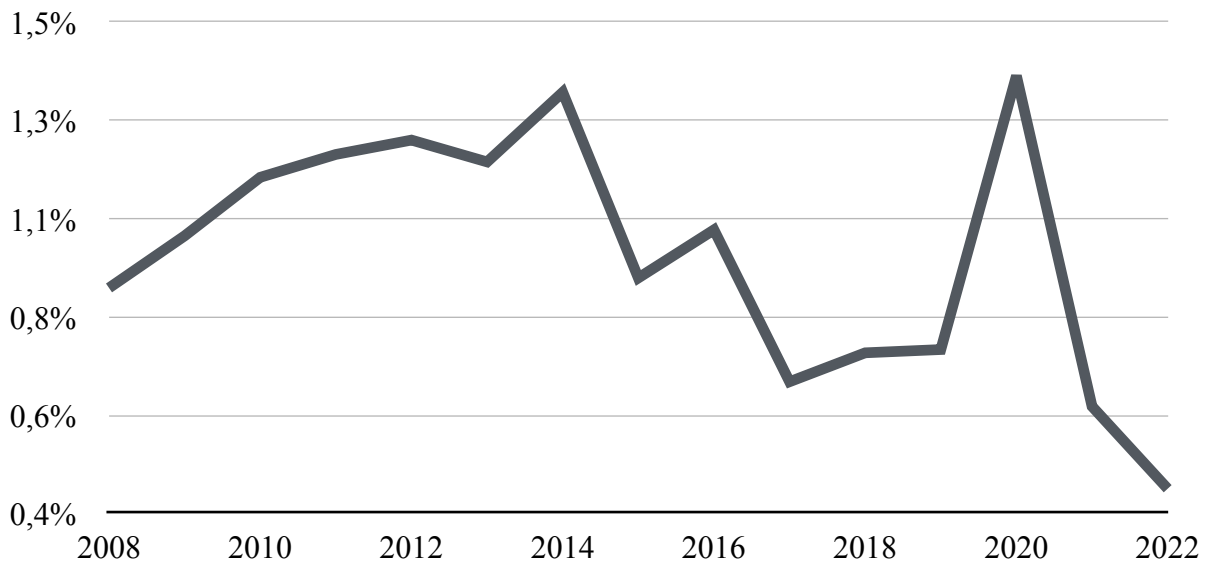
Fonte: World Inequality Database (2022). Elaboração própria.

Considerando a expansão do comércio chinês com o continente africano em especial devido à sua integração na Nova Rota da Seda, deve-se analisar os investimentos que o país está realizando neste continente. Segundo o CEBC (2022, p. 11), a China investiu 70,3 bilhões de dólares no Brasil entre 2007 e 2021, enquanto segundo a China Africa Research Initiative (2023), o país asiático investiu 427,1 bilhões de dólares nos países africanos neste mesmo período de tempo. Em diversos países que receberam investimentos com o objetivo de fornecer produtos primários para o mercado chinês, observou-se grandes discussões acerca da compra de terras pelas empresas chinesas. Segundo Oliveira (2018, p. 123), a participação de estrangeiros como proprietários de terras no Brasil cresceu durante a década de 2010, mas esta movimentação foi liderada pelos Estados Unidos, o Japão e os países da Europa e não pela China. Deve-se observar também que o avanço da aquisição de terras por estrangeiros foi limitado pela convergência dos interesses do agronegócio brasileiro com os interesses dos movimentos agrários de esquerda. Além disso, ressalta-se que a descentralização das informações quanto à propriedade das terras por estrangeiros na África dificulta profundamente a análise do avanço chinês neste continente. Vieira et al. (2016, p. 55) afirma que a dependência das importações de produtos agrários está limitada ao algodão e a soja,

limitando assim as opções de fornecimento de produtos agropecuários para o mercado chinês. Dessa forma, pode-se considerar que os elevados investimentos no continente africano podem representar uma futura situação de concorrência do Brasil com os países africanos. Ainda segundo Vieira *et al.* (2016, p. 64-65), a China está optando por realizar uma reestruturação da sua produção agrária, onde a produção de algodão, arroz, soja, trigo e outros produtos agrários estão sendo substituídos pela produção de proteínas animais. Esta reestruturação é incentivada principalmente pela alta demanda de água que estes produtos necessitam e que entram em concorrência com o consumo das indústrias e da população. Além disso, o acesso limitado a terras e o fracasso no aumento da produtividade destes produtos agrários apesar dos avanços tecnológicos fizeram com que o país incentivasse a importação dos mesmos.

Analisada a situação do setor agropecuário, deve-se analisar a situação do setor industrial brasileiro. Conforme apresentado anteriormente, o processo de desindustrialização e a perda de competitividade da indústria brasileira são processos observados desde o final da década de 1980. Durante a década de 2010, o fracasso da Nova Matriz Econômica e do Plano Brasil Maior em promover a inovação na indústria brasileira contribuiu para o avanço da crise econômica de 2014 e em uma manutenção da perda da competitividade da indústria nacional frente ao mercado internacional. Durante esta década e a década seguinte, pode-se observar um aprofundamento da depressão industrial brasileira, onde mesmo indústrias estabelecidas no país a mais de um século optaram por encerrar as suas produções, como é o caso da Ford. (REIS *et al.*, 2022) A partir de 2016, o país passou a adotar medidas neoliberais como uma forma de conter o avanço da crise econômica de 2014, adotando mais uma vez as medidas defendidas pelo Consenso de Washington. Além disso, o controle dos gastos públicos através do Teto dos Gastos limitou a capacidade de investimento do Estado brasileiro conforme apresentado na Figura 22, observando-se uma intensificação na realização de concessões e privatizações a partir deste período. No final da década de 2010, pode-se observar a expansão do controle de empresas de infraestrutura brasileiras por empresas chinesas, como a China Three Gorges Corporation, a State Grid Corporation e a State Power Investment Overseas. (WERNER, 2020, p. 156-157)

Figura 22: Proporção dos investimentos públicos em relação ao PIB do Brasil entre 2008 e 2022.



Fonte: Tesouro Nacional (2023). Elaborado pelo autor.

O retorno de Lula ao governo brasileiro em 2023 representou uma reaproximação com a China e uma busca pelos investimentos chineses para impulsionar a reindustrialização do país. O país asiático firmou acordos de investimento no valor de 50 bilhões de reais em abril de 2023, mas se deve ressaltar que conforme apresentado pelo CEBC (2022, p. 15), nem sempre os investimentos prometidos pela China se realizam de fato, observando-se em especial os investimentos de 35,8 bilhões de dólares no Brasil em 2010, sendo confirmados de fato apenas 13 bilhões de dólares. Além disso, ressalta-se também as promessas feitas em 2011 de 12 bilhões de dólares em investimentos no país e que nunca chegaram a se concretizar. (PODER360, 2023) As perspectivas do novo governo brasileiro é de que seja lançado um novo plano de investimentos aos moldes do PAC com o objetivo de impulsionar o crescimento do país e em especial a retomada do crescimento da indústria por meio de uma “neointustrialização”, exigindo-se a utilização de produtos fabricados nacionalmente. (RITTNER, 2023) No entanto, estas são perspectivas de um novo plano econômico e ainda não estão concretizadas, podendo ser alteradas até o seu lançamento.

Sendo assim, observa-se que as perspectivas futuras das relações sino-brasileiras estão atreladas principalmente à agropecuária, onde a China busca atender à demanda da sua população que ainda está passando por um processo de urbanização ao mesmo tempo que a sua renda média e o seu consumo de proteínas se elevam. Dessa forma, o governo chinês busca expandir os seus investimentos em produtos primários, sendo em um primeiro

momento na América Latina, especialmente no Brasil, e em um momento posterior através da Nova Rota da Seda no continente africano, onde o país asiático está realizando elevados investimentos. Considerando a situação da indústria brasileira, confirma-se uma continuidade na sua situação de estagnação e retração caso não ocorram investimentos neste setor, onde se observa que mesmo indústrias de base como a indústria automobilística estão passando por dificuldades. Sendo assim, os produtos industrializados chineses devem ocupar cada vez mais espaço na economia brasileira. Dessa forma, pode-se concluir que o Brasil está retomando o seu papel de país agroexportador conforme observado nos períodos anteriores à década de 1930, onde o seu planejamento econômico se fundamenta na defesa do setor agropecuário por meio do Plano Safra em detrimento de investimentos em outros setores da economia brasileira. Os resultados deste posicionamento podem ser observados amplamente na economia brasileira contemporânea com a estagnação ou retração dos seus indicadores socioeconômicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo apresentado na introdução desta monografia, observa-se que o Brasil está passando por um processo de transferência da dependência econômica dos países centrais do mundo ocidental para a China. Diferentemente dos momentos observados anteriormente, o país deixa de ser dependente de uma economia considerada desenvolvida, como a economia americana ou as europeias, e passa a depender de um país em desenvolvimento. Ainda que a China esteja enfrentando problemas socioeconômicos parecidos com os observados no Brasil, esta se encontra em uma situação de aquecimento econômico e de rápida melhoria das condições de vida da sua população.

Apesar de formações econômicas e históricas bastante distintas, os dois países passaram a se integrar ao sistema econômico capitalista de forma acelerada a partir da metade do século XX. No caso brasileiro, a sua participação no cenário econômico mundial sempre esteve relacionada ao fornecimento de matérias-primas para as economias centrais da sua época. Constata-se isso pela implantação do sistema de capitânicas hereditárias já nos primeiros momentos do estabelecimento de uma colônia permanente no continente americano, onde os donatários estabelecerem produções locais de produtos desejados no mercado europeu. A implantação deste sistema produtivo no Brasil falhou, mas a sua forma de produção baseado na monocultura permaneceu como uma característica profunda da economia brasileira até o seu período contemporâneo. Após a independência do país, a produção cafeeira e a elite formada pela mesma se estabelecem como as principais forças econômicas e políticas do Brasil até a década de 1930. Além disso, observa-se também a economia extrativista de ouro durante a colônia e de borracha no final do período imperial e a Primeira República, sendo esta última produção essencial para suprir às demandas industriais durante a primeira guerra mundial. A adoção da política de substituição de importações com apoio estatal a partir da década de 1930 passa a alterar profundamente o papel agrário que o país tinha até então. A partir deste momento, a mudança do centro dinâmico da economia brasileira para o suprimento do mercado interno cria as bases para o estabelecimento das indústrias de base e de consumo de produtos produzidos nacionalmente. A industrialização se torna então a política de Estado do país e passa a influenciar todas as decisões tomadas deste momento em diante. Um novo impulso de industrialização durante a década de 1950 resulta na produção petrolífera nacional, assim como a produção de veículos automotores, a

ampliação da produção de energia elétrica, a expansão dos modais logísticos e a construção da nova capital federal no planalto central do país. Este comportamento permaneceu ocorrendo até o segundo choque do petróleo, quando o país perde a sua capacidade de investimento e entra em um colapso econômico que se findou somente com o Plano Real em 1994. O alinhamento econômico brasileiro ao Consenso de Washington a partir do final da década de 1980 resultou na abertura da economia brasileira ao mercado internacional e em um processo de desindustrialização observado ainda no início do século XXI.

Por sua vez, a China esteve fora do mercado mundial até meados do século XIX, quando as guerras do ópio forçam o seu ingresso no mesmo. A fragilidade da monarquia chinesa permitiu que o Reino Unido atacasse o território chinês e o estabelecesse portos europeus no litoral do país, assim como a imposição de acordos comerciais desproporcionalmente favoráveis para os países ocidentais. A fragilidade do governo chinês era tanta que mesmo países predominantemente agrários como o Brasil conseguiram os mesmos acordos comerciais que os países europeus. Os conflitos sociais internos culminaram na queda da monarquia chinesa em 1912, quando se estabelece a República da China. Neste mesmo momento, os avanços japoneses contra os territórios da China se tornam frequentes e só tem fim após a derrota das potências do eixo ao fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da República Popular da China em 1949 sob a liderança de Mao Zedong. Após a revolução comunista de 1949, a China passou por profundas transformações durante o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. A reintegração do país à ONU em 1971 e a realização das reformas econômicas de Deng Xiaoping durante a década de 1970 em diante marcaram o retorno da China ao comércio mundial. A entrada de investimentos dos chineses que deixaram o país após a revolução comunista de 1949 e do capital ocidental levaram o país a transicionar para uma economia altamente industrializada e voltada à inovação.

Os contextos econômicos dos dois países se encontram a partir da década de 1980 com as políticas de aproximação entre os países não-alinhados e com a busca de cooperações para o desenvolvimento científico, econômico e tecnológico entre os países em desenvolvimento. O processo de desindustrialização brasileira, intensificado pela crise inflacionária e as políticas neoliberais adotadas pelo governo, ao mesmo tempo em que a China se reabria para a economia mundial e recebia investimentos por meio da sua própria população emigrada e dos países ocidentais criaram as condições para o avanço das relações

comerciais sino-brasileiras na primeira década do século XXI. O aumento da demanda chinesa por matérias-primas para as suas indústrias ao mesmo tempo que a melhoria na qualidade de vida da sua população elevava o seu consumo alavancaram as exportações brasileiras para o país a partir da década de 2000, e por consequência, ajudaram a impulsionar o crescimento econômico brasileiro. Neste mesmo período, a ocorrência da supervalorização das *commodities* constituiu um cenário ainda mais propício para o crescimento econômico do Brasil, que observava as maiores taxas de crescimento econômico desde a década de 1970. Assim como este cenário ajudou a impulsionar a economia brasileira durante a primeira década deste século, a contração dos preços das *commodities* e os desafios conjunturais internos levaram o país a entrar em um período de baixo crescimento econômico durante a década de 2010 e influenciaram os acontecimentos econômicos e políticos subsequentes.

Considerando uma posição onde o Brasil não altere as suas políticas econômicas para uma retomada dos projetos de desenvolvimento econômico e de industrialização nacional, observa-se uma provável expansão da produção agropecuária e do setor de serviços, enquanto a produção industrial continuaria em seu ritmo de retração. A ascensão econômica chinesa, ao menos em um primeiro momento, mostra-se mais benéfica para o Brasil ainda que em uma condição de dependência econômica devido ao respeito à soberania da resolução dos problemas internos pelo próprio país em questão, frente ao intervencionismo internacional que o Brasil sofreu nas décadas anteriores. No entanto, deve-se ressaltar que o governo chinês não tem interesse em depender unilateralmente da produção de um determinado país e a sua absoluta predominância na balança comercial brasileira pode levar a intervenções indiretas no país. Sendo assim, as exportações brasileiras relacionadas ao minério de ferro e a soja podem gerar uma nova crise econômica durante a década de 2020 caso a China passe a negociar com novos mercados. A iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda pode representar para o Brasil um caminho duplo, sendo um relacionado à prosperidade e outro à estagnação econômica. Caso o Brasil integre a iniciativa, o recebimento de investimentos chineses para melhorar a infraestrutura do país pode impulsionar mudanças na sociedade brasileira que melhorem a qualidade de vida do país e impulsionem uma industrialização por meio do fornecimento de matérias-primas para o país asiático de forma mais ágil e moderna, integrando-se às cadeias produtivas mundiais por meio do emprego de alta tecnologia no setor logístico brasileiro. No entanto, a ampla participação de países do continente africano e asiático nesta mesma

iniciativa pode resultar no surgimento de novos concorrentes no mercado internacional para os produtos primários brasileiros. Esta situação é relevante para o mercado brasileiro principalmente pela baixa representatividade do mercado africano no comércio internacional, sendo que este continente detém de amplas reservas de mão de obra e de matérias-primas, além de uma melhor integração ao mercado chinês devido à proximidade com o país. Considerando ainda os objetivos mais recentes do terceiro governo de Lula, deve-se observar se este conseguirá superar os fatores limitantes ao processo de desenvolvimento do país observados durante as duas primeiras décadas do século XXI. Dessa forma, cabe à sociedade brasileira retomar o debate quanto ao tipo de país que deve ser construído para as próximas décadas ao invés da resolução de problemas se fundamentando no imediatismo e em reflexões rasas que estão levando à estagnação do desenvolvimento nacional.

4.1. Sugestões para Pesquisas Posteriores

Conforme apresentado no decorrer desta monografia, a diáspora capitalista chinesa representou um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e industrial da China a partir do final da década de 1970. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2022), estima-se que existam 4,4 milhões de brasileiros no exterior no ano de 2021. Dessa forma, pode-se observar que a diáspora de brasileiros, e em especial de pesquisadores, pode representar uma oportunidade significativa para o desenvolvimento nacional brasileiro através da nacionalização das pesquisas realizadas e por meio do financiamento de investimentos nacionais através de proventos acumulados pelos mesmos em outros países. Sendo assim, sugere-se que pesquisas posteriores verifiquem esta possibilidade.

Devem ser verificados também os avanços no desenvolvimento de dois outros países do continente asiático que se destacam pelos seus crescimentos demográficos e econômicos, sendo eles a Índia e o Vietnã. Apesar da crescente participação destes países na política mundial, o Brasil ainda mantém relações bilaterais limitadas com estes países. Portanto, a possibilidade destes países se tornarem “novas Chinas” em um curto período de tempo deve ser considerado nas possibilidades de impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro. O estudo dos resultados dos indicadores socioeconômicos destes países é fundamental devido que estes apresentam resultados cada vez mais positivos, enquanto o Brasil permanece em uma situação de estagnação.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Congresso promulga emenda que institui Orçamento de Guerra**. Brasília, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/07/congresso-promulga-emenda-que-institui-orcamento-de-guerra>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ALEGRETTI, Laís. **O Brasil que Lula vai herdar em 7 gráficos**. Londres: BBC News Brasil, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63096483>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 371 p.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 336 p.
- BARCELLOS, Bruna Leal; MÈRCHE, Leonardo. Nova Rota da Seda: China e sua maximização econômica por recursos de poder. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/76685>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19 (supl. 1), Novembro 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/VbVcz7ZFJThg9r4DkSTTjnF/>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, Bruna. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 8 nov. 2020. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1078>. Acesso em: 2 maio 2023.
- BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, ed. 58, Junho 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxtBNXgtwwc9GZmxvCTwPmP/>. Acesso em: 14 maio 2023.
- CARLETTI, Anna; KOTZ, Ricardo Lopes; CORREIA, Gabrielly Jacques. A Nova Rota da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/921>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- CARVALHO, Laura Barbosa de. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

CHINA AFRICA RESEARCH INITIATIVE. **Data**: Chinese Investment in Africa. [S. l.]: Johns Hopkins University, 2023. Disponível em: <https://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>. Acesso em: 5 jun. 2023.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Empresas Brasileiras na China**: Presença e Experiências. [S. l.], Junho 2012. Disponível em: https://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_presenca_das_empresas_brasileiras_na_china_-_presenca_e_experiencias.pdf. Acesso em: 1 maio 2023.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil**: Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020). Rio de Janeiro, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em: 1 maio 2023.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil**: Um Ano de Retomada. Rio de Janeiro, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2022/08/31/estudo-inedito-investimentos-chineses-no-brasil-2021/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 400 p. v. 84.

DUAILIBI, Julia. **Lula lança carta com propostas para eventual governo**. [S. l.]: G1, 27 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2022/10/27/lula-lanca-carta-com-propostas-para-eventual-governo.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2023.

DUARTE, Patrícia. **Meta do Brasil é triplicar exportações para China até 2010**. Brasília: O Globo, 3 jul. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/meta-do-brasil-triplicar-exportacoes-para-china-ate-2010-3610309>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2001. 248 p. v. 23.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2004. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 432 p.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 638 p.

HARVARD UNIVERSITY. **The Atlas of Economic Complexity**. [S. l.]: The Growth Lab, 2022. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

INVESTING. **TR/CC CRB Excess Return (TRCCRB)**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://br.investing.com/indices/thomson-reuters---jefferies-crb>. Acesso em: 30 abr. 2023.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: O Socialismo do Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 572 p.

MANFRINI, Sandra. **FHC fechou três acordos com o FMI; confirma o histórico**. Brasília: Folha de São Paulo, 7 ago. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u53074.shtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Planos Safras Anteriores**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunidade Brasileira no Exterior**. Brasília, Agosto 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/14-09_brasileiros-no-exterior.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: lições e alternativas agroecológicas. **Idéias**, Campinas, v. 9, n. 2, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8655285>. Acesso em: 5 jun. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, Junho 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6Lv7CZfX9pcRdrHXffvH93H/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9rnSH/>. Acesso em: 1 maio 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: Uma parceria predatória ou cooperativa?. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, 10 jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/53>. Acesso em: 2 maio 2023.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e Poder Global da China: A Política Made in China 2025. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/88779>. Acesso em: 4 jun. 2023.

PODER360. **Foxconn, de Taiwan, prometeu à Dilma R\$ 60 bi e nunca cumpriu**. [S. l.]: Poder360, 16 abr. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/foxconn-de-taiwan-prometeu-r-60-bi-para-dilma-e-nunca-cumpriu/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 364 p.

REIS, ALESSANDRO; LEME, JOSÉ ANTONIO; GAMA, PAULA. **Fim da Ford no Brasil completa 1 ano**: veja como ficou a marca no país. [S. l.]: Uol, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carros/reportagens-especiais/ford-1-ano-do-fim-da-producao-no-brasil/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

RITTNER, Daniel. **“Novo PAC” terá mais de mil projetos e exigência de conteúdo nacional em obras**. Brasília: CNN Brasil, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/novo-pac-tera-mais-de-mil-projetos-e-exigencia-de-conteudo-nacional-em-obras/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SCHREIBER, Mariana. **Para onde caminha o banco do BRICS?**. [S. l.]: BBC News Brasil, 15 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37665472>. Acesso em: 1 maio 2023.

SCHREIBER, Mariana. **Bolsonaro furou teto de gastos em R\$ 795 bi em 4 anos de governo**. Brasília: BBC News Brasil, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63653642>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 712 p.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Comex Stat**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SINGER, André. **O Lulismo em Crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 820 p.

TESOURO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional - Série Histórica**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 5 jun. 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations**. New York, 25 out. 1971. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/192054>. Acesso em: 30 maio 2023.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47**, Brasília, v. 20, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 2 maio 2023.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. O Brasil Alimentará a China ou a China Engolirá o Brasil?. **Tempo Do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, 10 jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/49>. Acesso em: 5 jun. 2023.

WERNER, Deborah. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito-China” no Brasil pós-1990. **EURE: Revista de Estudios Urbano Regionales**, Santiago de Chile, v. 46, n. 139, Setembro 2020. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/3120/1302>. Acesso em: 5 jun. 2023.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **World Inequality Database**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://wid.world/>. Acesso em: 28 dez. 2022.